

2024

**SITA SEBASTIÃO**

**AS POTENCIALIDADES DO JORNALISMO  
DIGITAL NA CONSOLIDAÇÃO DA  
DEMOCRACIA EM ANGOLA. ESTUDOS DE  
CASO *NOVO JORNAL, JORNAL DE ANGOLA E  
MAKA ANGOLA***



2024

**SITA MADALENA  
KINANGA  
SEBASTIÃO**

**AS POTENCIALIDADES DO JORNALISMO DIGITAL NA  
CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA EM ANGOLA. ESTU  
CASO *NOVO JORNAL, JORNAL DE ANGOLA E MAKANGA***

**Projeto apresentado ao IADE - Faculdade de Design,  
Tecnologia e Comunicação da Universidade Europeia,  
para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção  
do grau de Mestre em Comunicação Audiovisual e  
Multimédia realizado sob a orientação científica do  
Doutor Adelino Filipe Saraiva da Cunha, Professor  
Associado da Universidade Europeia.**

Dedico este trabalho à minha família e amigos, em especial ao meu pai e à minha avó (in memorium)

## agradecimentos

Começo por agradecer a Deus, que nunca me abandonou e que com a sua bênção me deu forças para seguir em frente nesta grande jornada.

Apesar de já não fazer parte do mundo dos vivos, agradeço ao meu Pai pela dedicação, apoio moral, por tudo o que fez para que hoje eu chegasse a este estágio e a ser uma mulher com formação académica. Quero agradecer à minha Mãe, o meu grande suporte, não sei se teria conseguido se não fosse pela força dela. Quero agradecer o apoio do meu irmão João Malungo Sebastião pelo apoio moral e financeiro. Quero agradecer o apoio do meu orientador, Professor Adelino Cunha, que, sem dúvida, foi ao longo deste trabalho de investigação um suporte essencial. Agradeço-lhe a sua disponibilidade, motivação, apoio, orientação e forma cuidadosa com que reviu esta dissertação. Eternamente, estarei grata a Emília Kinanga e Dombaxe Sebastião, meus progenitores. Aos meus irmãos por todo apoio, palavras de conforto; aos meus amigos Nina Carlos, Emídio Fernando, ao bispo da diocese de Caxito, Dom Camuto Maurício, Telma Van-Dúnem, Rossana Dias e Ângela Cangajo, pelas palavras sábias, e demais membros da minha família, que sempre fizeram votos para que tudo corresse bem. A todos os amigos, colegas e professores que me apoiaram durante essa jornada, sendo este um contributo muito importante para que este estudo se tornasse uma realidade. Manifesto também uma palavra de apreço ao editor-executivo da Forbes África Lusófona, Francisco de Andrade pelo apoio incondicional que me atribuiu durante a formação, a diretora da Forbes PT e África Lusófona, Nilza Rodrigues, pelo suporte, sobretudo no momento em que quis desistir deste mestrado. Queria

também deixar um especial agradecimento a todos os que me apoiaram durante a minha estadia em Lisboa, principalmente à deputada municipal Daniela Serralha, expressar a minha gratidão a todos os amigos pelo seu encorajamento na concretização do presente trabalho. A terminar, agradeço a todos os colegas do IADE, e aos padres católicos de Portugal. A todos, um “bem-haja”!

**palavras-chave**

Angola; Jornalismo Digital; Liberdade de Imprensa; Democracia.

**resumo**

Esta dissertação visa examinar as dinâmicas do jornalismo digital em Angola, destacando o seu crescimento face aos desafios impostos pelos sistemas políticos que controlam os meios de comunicação. A ascensão do jornalismo digital no contexto angolano é explorada em paralelo com o notável desconforto causado nos cenários políticos africanos. A análise reconhece que, embora o desenvolvimento dos serviços de telecomunicações em África seja impulsionado pelo comércio, a sua intersecção com a política desempenha um papel crucial.

A pesquisa delinea as potencialidades do jornalismo digital na consolidação da democracia em Angola, sublinhando a importância de enfrentar desafios específicos, como o controlo político dos meios de comunicação, para maximizar o impacto positivo destas transformações na sociedade angolana. Além disso, o trabalho investigará como a digitalização da informação pode servir como um catalisador para mudanças sociais, oferecendo novas oportunidades para a expressão e participação cidadã num contexto onde a liberdade de imprensa tem sido tradicionalmente limitada.

Adicionalmente, a dissertação propõe-se avaliar a quantidade e o impacto dos órgãos de comunicação online existentes em Angola, propondo uma visão detalhada das dinâmicas atuais da liberdade de imprensa no país. Esta avaliação incluirá um mapeamento dos principais veículos de comunicação digital, bem como uma análise das novas plataformas emergentes, muitas das quais operam à margem dos meios de comunicação convencionais.

A pesquisa procurará entender como estes órgãos enfrentam os de impostos por um ambiente político frequentemente hostil e como contribuem para a disseminação de informações e a formação de pública. Serão abordados casos específicos de portais de notícias que ganharam destaque pela sua abordagem crítica e independent oferecendo uma perspectiva sobre as estratégias adotadas para censura e o controlo estatal.

Ao realizar esta análise, pretende-se oferecer uma contribuição significativa para a compreensão do impacto do jornalismo digital manutenção da paz e na consolidação democrática em Angola. A dissertação incluirá entrevistas com jornalistas, académicos, e profissionais da media, bem como uma revisão de literatura sobre desenvolvimento da media digital em contextos semelhantes. O o fornecer recomendações práticas para fortalecer o jornalismo digital Angola, promovendo um ambiente de media mais livre, diversificado resiliente.

## **Keywords**

Angola; Digital Journalism; Press Freedom; Democracy words.

## **Abstract**

This dissertation aims to examine the dynamics of digital journalism in Angola, highlighting its growth in the face of the challenges imposed by the political systems that control the media. The rise of digital journalism in the Angolan context is explored in parallel to the notable discomfort caused in African political scenarios. The analysis recognizes that although the development of mobile phone services in Africa is driven by trade, its intersection with the political sphere plays a crucial role.

The research outlines the potential of digital journalism in consolidating democracy in Angola, highlighting the importance of facing specific challenges, such as political control of the media, to maximize the positive impact of these transformations on Angolan society. Furthermore, the work will investigate how the digitalization of information can serve as a catalyst for social change, offering new opportunities for citizen expression and participation in a context where press freedom has traditionally been limited.

Additionally, the dissertation aims to evaluate the number and status of existing online media outlets in Angola, providing a detailed view of the current dynamics of press freedom in the country. This assessment will include a mapping of the main digital media outlets, as well as an analysis of new emerging platforms, many of which operate outside conventional media outlets.

The research will seek to understand how these bodies face the challenges posed by an often hostile political environment and how they contribute to the dissemination of information and the formation of public opinion. Specific cases of news portals and blogs that have gained prominence for their critical and independent approach will be discussed, offering a perspective on the strategies adopted to circumvent censorship and state control.

By carrying out this analysis, we intend to offer a significant contribution to understanding the impact of digital journalism on peacekeeping and democratic consolidation in Angola. The dissertation will include interviews with journalists, academics, and media professionals, as well as a literature review on the development of digital media in similar contexts. The objective is to provide practical recommendations to strengthen digital journalism in Angola, promoting a freer, more diverse and resilient media environment.

## ÍNDICE

|  |           |
|--|-----------|
| <b>ÍNDICE DE FIGURAS .....</b>   | <b>3</b>  |
| <b>ÍNDICE DE TABELAS.....</b>  | <b>4</b>  |
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>   | <b>5</b>  |
| <b>1. ESTRUTURA DA INVESTIGAÇÃO.....</b>   | <b>9</b>  |
| <b>1.1 OBJETIVOS E HIPÓTESES.....</b>  | <b>9</b>  |
| <b>1.2 PROBLEMATIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO .....</b>                                 | <b>12</b> |
| <b>1.3 ORGANIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO .....</b>   | <b>21</b> |
| <b>1.4 METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO .....</b>  | <b>22</b> |
| <b>2. REVISÃO DA LITERATURA.....</b>   | <b>23</b> |
| <b>2.1 O SISTEMA MEDIÁTICO EM ANGOLA.....</b>  | <b>23</b> |
| <b>2.1.2 A LEI DE IMPRENSA EM ANGOLA .....</b>                                       | <b>28</b> |
| <b>2.1.3 LIBERDADE DE EXPRESSÃO, TRANSPARÊNCIA E PLURALISMO .....</b>                | <b>40</b> |
| <b>2.1.4 A IMPORTÂNCIA DA CARTEIRA PROFISSIONAL.....</b>                             | <b>43</b> |
| <b>2.1.5 O PAPEL DA ERCA .....</b>   | <b>44</b> |
| <b>2.1.6 AS POSIÇÕES DOS PARTIDOS .....</b>  | <b>45</b> |
| <b>2.1.7 SISTEMA MEDIÁTICO ANGOLANO E PLURALISMO DEMOCRÁTICO.....</b>                | <b>48</b> |
| <b>2.1.8 EVOLUÇÃO DOS MEIOS DE INFORMAÇÃO DESDE A INDEPENDÊNCIA .....</b>            | <b>50</b> |
| <b>2.1.9 OBSTÁCULOS NA CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA .....</b>                            | <b>53</b> |
| <b>2.1.10 LEGISLAÇÃO E AS DIFICULDADES NOS PROJETOS JORNALÍSTICOS DIGITAIS .....</b> | <b>54</b> |
| <b>3. JORNALISMO .....</b>   | <b>55</b> |
| <b>3.1 JORNALISMO-PARTICIPATIVO .....</b>  | <b>55</b> |
| <b>3.2 INTERATIVIDADE .....</b>  | <b>59</b> |
| <b>4. ANÁLISE DE CONTEÚDOS.....</b>  | <b>62</b> |
| <b>4.1 OS MECANISMOS DE INTERATIVIDADE.....</b>                                      | <b>63</b> |
| <b>4.2 NOTÍCIAS E INTERAÇÃO COM OS LEITORES .....</b>                                | <b>65</b> |
| <b>4.3 OS SIGNIFICADOS DOS COMENTÁRIOS .....</b>                                     | <b>77</b> |

|   |            |
|---|------------|
| <b>5. ENTREVISTAS .....</b>                                 | <b>83</b>  |
| <b>5.1 PERTINÊNCIA DOS GUIÕES E DOS ENTREVISTADOS .....</b> | <b>84</b>  |
| <b>5.3 A PERSPETIVA DOS JORNALISTAS .....</b>               | <b>90</b>  |
| <b>5.4 TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS .....</b>                | <b>95</b>  |
| <b>CONCLUSÕES .....</b>                                     | <b>108</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>                     | <b>115</b> |

## ÍNDICE DE FIGURAS

|  |    |
|--|----|
| 1. FIGURA ILUSTRAÇÃO <i>JORNAL DE ANGOLA</i> ..... | 75 |
| 2. FIGURA ILUSTRAÇÃO <i>JORNAL DE ANGOLA</i> ..... | 76 |
| 3. FIGURA ILUSTRAÇÃO <i>NOVO JORNAL</i> .....      | 76 |
| 4. FIGURA ILUSTRAÇÃO <i>NOVO JORNAL</i> .....      | 77 |
| 5. FIGURA ILUSTRAÇÃO <i>JORNAL DE ANGOLA</i> ..... | 78 |
| 6. FIGURA ILUSTRAÇÃO <i>MAKA ANGOLA</i> .....      | 78 |
| 7. FIGURA ILUSTRAÇÃO <i>MAKA ANGOLA</i> .....      | 79 |
| 8. FIGURA ILUSTRAÇÃO <i>MAKA ANGOLA</i> .....      | 79 |
| 9. 8FIGURA ILUSTRAÇÃO <i>NOVO JORNAL</i> .....     | 80 |

## ÍNDICE DE TABELAS

|                                       |    |
|---------------------------------------|----|
| 1. SISTEMA MEDIÁTICO ANGOLANO.....    | 23 |
| 2. LEI DE IMPRENSA – LEGISLAÇÃO ..... | 28 |
| 3. LEI DE IMPRENSA – ALTERAÇÕES.....  | 30 |
| 4. INTERATIVIDADE.....                | 65 |
| 5. NOTÍCIAS DOS SITES.....            | 68 |
| 6. TABELA-SÍNTESE .....               | 94 |

## INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, o avanço das tecnologias digitais tem desempenhado um papel fundamental na transformação do cenário mediático global. Essas transformações têm-se refletido de forma importante nas práticas jornalísticas e, conseqüentemente, nos processos democráticos em todo o mundo. Em Angola, um país com uma história marcada por profundos desafios políticos, sociais e económicos, o jornalismo digital emerge como uma força potencialmente transformadora na consolidação dos princípios democráticos, promovendo interatividade, pluralismo e liberdade de imprensa.

A evolução dos meios de comunicação em Angola desde a independência tem sido marcada por um movimento ambivalente entre avanços e retrocessos. Instituições estatais de comunicação, como a *Rádio Nacional de Angola* (RNA), *Agência Angola Press* (ANGOP) e a *Televisão Pública de Angola* (TPA), desempenharam um papel central na disseminação da informação, porém, sob um controlo estrito do governo.

Por outro lado, surgiram iniciativas privadas como jornais e emissoras de rádio independentes, que tentaram preencher lacunas deixadas pela media estatal. Contudo, como observa (Thomas Hanitzsch Hanitzsch (2007, p.92), estes meios, muitas vezes, enfrentam obstáculos financeiros e legais que limitam a sua atuação e independência editorial.

Neste cenário, o aumento das potencialidades do jornalismo digital oferece novas possibilidades e desafios para a democratização da informação em Angola. Segundo Manuel Castells (2009, p.110), a internet e as redes sociais têm desempenhado um papel fundamental na ampliação do espaço público e na facilitação do acesso à informação por parte dos cidadãos. No entanto, como adverte Tandoc Jr,(2018, p.45), a disseminação de notícias falsas e a manipulação da opinião pública representam ameaças sérias à integridade do processo democrático.

Nesta conjuntura, o presente estudo propõe-se investigar, de forma abrangente e analítica, as potencialidades do jornalismo digital na consolidação da democracia em Angola, tendo como matéria de análise os jornais *Novo Jornal*, *Jornal de Angola* e *Maka Angola* e a realização de entrevistas com os respetivos jornalistas para avaliar as suas perspetivas.

Partindo de uma abordagem interdisciplinar, procuramos compreender como as novas tecnologias de comunicação estão a contribuir para remodelar a paisagem mediática angolana e a influenciar o processo democrático.

Durante o estudo, começámos por realizar uma revisão crítica da literatura académica relevante, explorando os principais debates teóricos e empíricos sobre o papel do jornalismo digital na esfera pública e na promoção da transparência e da participação cívica. Além disso, realizámos análises qualitativas e estudos de caso com os sites do *Novo Jornal*, *Jornal de Angola* e *Maka Angola*, para examinar as respetivas práticas jornalísticas digitais. Este exame permitiu identificar os desafios enfrentados pelos profissionais da comunicação e as oportunidades para fortalecer a democracia através dos medias digitais.

A liberdade de imprensa em Angola ainda é um tema controverso, com diversos casos noticiados de censura, perseguição e intimidação a jornalistas e meios de comunicação independentes. A organização Human Rights Watch, no seu relatório de 2024 sobre direitos humanos no mundo, revela que a aprovação de novas leis de comunicação social em Angola ameaça a liberdade de expressão. Essas leis atribuem à entidade reguladora o poder de impor normas éticas e de emitir carteiras profissionais, o que pode ser utilizado para controlar os jornalistas<sup>1</sup>. Casos de difamação criminal têm sido usados contra jornalistas que denunciam abusos e corrupção, como são exemplos do ativista Rafael Marques e de outros, que enfrentaram perseguições por exporem abusos dos direitos humanos (Human Rights Watch). O mesmo documento sublinha a repressão transnacional e a diplomacia transnacional como ameaças aos direitos humanos, incluindo a liberdade de imprensa.

O relatório destaca ainda o controlo apertado do governo sobre os meios de comunicação e a reação dura a qualquer forma de dissidência em Angola e denuncia que, em março de 2022, o site de notícias privado *Camunda News* suspendeu as suas operações indefinidamente, após meses de assédio governamental. Em outubro de 2022, o Serviço de Investigação Criminal (SIC), órgão da polícia angolana, interrogou o proprietário da publicação, David Boio, sobre as movimentações de um ativista e coapresentador de um dos programas do canal, contra quem foram feitas acusações de incitação à rebelião e indignação contra o presidente. Segundo o CPJ, em fevereiro e março de

---

<sup>1</sup> Cfr. <https://www.hrw.org/pt/world-report/2024/country-chapters/angola#640511>, consultado em 12/06/24.

2023, David Boio e outros funcionários do *Camunda News* foram novamente interrogados durante várias horas querendo o SIC saber sobre o meio de comunicação, o estatuto jurídico da publicação e o seu financiamento.

Em outubro, a pena de prisão de Ana da Silva Miguel, ‘influenciadora’ nas redes sociais, popularmente conhecida como Neth Nahara, foi aumentada de seis meses para dois anos, acusada de “insultar” e “desrespeitar” o presidente, depois de ter usado a sua conta no TikTok para o acusar de anarquia e desorganização de Angola.

O governo angolano tem sido criticado por restringir o direito à liberdade de expressão e atacar a liberdade de imprensa, limitando o acesso dos cidadãos a informações e reprimindo a voz da oposição.

A rádio *Voz da América* destaca um ambiente de asfixia na liberdade de imprensa em Angola, com o Sindicato dos Jornalistas Angolanos e profissionais do setor a denunciarem censura e interferência governamental. Há relatos de suspensão de programas e intimidação de jornalistas que investigam ou criticam o governo. Apesar das afirmações do governo de que a situação está a melhorar, baseadas em classificações internacionais, os profissionais no terreno descrevem um cenário de medo e de repressão crescente.<sup>2</sup>

A relação entre a liberdade de imprensa e a democracia é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade livre e justa. O jornalismo independente, sério e livre desempenha um papel crucial na fiscalização dos diferentes poderes públicos e políticos, na denúncia de práticas corruptas e na promoção da transparência e da *accountability*. Em países democráticos, a liberdade de imprensa é um pilar essencial para a garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos e para o fortalecimento das instituições democráticas.

Em Angola, a relação entre a liberdade de imprensa e a democracia tem sido marcada por permanentes desafios e conflitos. O governo tem sido criticado por reprimir a imprensa livre e por

---

<sup>2</sup> Cfr. <https://www.voaportugues.com/a/governo-angolano-e-sindicato-de-jornalistas-trocam-acusa%C3%A7%C3%B5es-sobre-asfixia-do-jornalismo-/7008485.html>, consultado em 12/06/24.

limitar o espaço para a livre expressão, o que tem impactado negativamente na consolidação da democracia no país. A falta de pluralidade e a censura nos meios de comunicação tornam mais difícil para os cidadãos exercerem plenamente a sua cidadania e participarem ativamente do debate público.

Apesar dos desafios enfrentados, há também exemplos de resistência e de jornalistas e meios de comunicação que lutam pela defesa da liberdade de imprensa e pela promoção da democracia em Angola. A sociedade civil tem um papel fundamental nesse processo, pressionando o governo e as instituições a garantirem o respeito pelos direitos humanos e pela liberdade de expressão.

Sublinhamos que para que a liberdade de imprensa e a democracia possam ser fortalecidas em Angola é necessário um compromisso firme do governo com os princípios democráticos, o respeito pelos direitos fundamentais e a promoção de um ambiente favorável ao exercício do jornalismo independente. A sociedade civil, os jornalistas e os meios de comunicação têm um papel crucial nesse processo, atuando como guardiões da democracia e da liberdade de expressão.

# **1. ESTRUTURA DA INVESTIGAÇÃO**

## **1.1 Objetivos e hipóteses**

O presente trabalho assume como objetivos principais i) descrever a evolução dos meios de informação públicos e privados de Angola desde a sua independência ii) estabelecer uma relação entre a legislação existente e as dificuldades no desenvolvimento de projetos jornalísticos privados, nomeadamente digitais iii) avaliar como é que as ferramentas digitais podem contribuir para o jornalismo cumprir a sua missão e, por esta via, cooperar para a democracia e a paz em Angola.

Nesse sentido, considera-se como perguntas de investigação:

**Q1 - Como se caracteriza o sistema mediático em Angola?**

**Q2 - Qual a relação entre o sistema mediático angolano e a liberdade de imprensa em termos de pluralismo democrático?**

**Q3 - Quais as potencialidades do jornalismo digital na democracia e na manutenção da paz em Angola?**

Para cada uma destas questões, procedeu-se à formulação de uma hipótese, tendo em consideração a mesma hierarquia:

**H1 - O sistema mediático é fortemente estatizado e carece de uma revisão legislativa.**

**H2 - A ausência de liberdade de imprensa obstaculiza a diversidade e o pluralismo e condiciona a consolidação democrática.**

**H3 - A digitalização permite o desenvolvimento de novos meios informativos, contribuindo assim para a diversidade de pontos de vista e o escrutínio dos poderes públicos e favorece a aproximação aos leitores/ouvintes.**

A problematização destes objetivos implica, desde logo, descrever a evolução dos meios de informação públicos e privados desde a independência de Angola, alcançada a 11 de novembro de 1975, no sentido de verificar qual tem sido o seu papel na manutenção da democracia, tendo em consideração que as redes sociais têm sido uma das maiores fontes de informação, principalmente

para denúncias de alguns atos do partido no poder, jornalistas que “ousaram” abrir sites de informação os quais muitos não se encontram em Angola, alegando perseguição.

O jornalismo digital tem vindo a ganhar espaço (também) em Angola. No entanto, apesar desta evolução, o sistema político que controlam os órgãos de comunicação têm mostrado notável desconforto com essa mudança. É evidente que o desenvolvimento dos serviços de telemóvel em África tem sido incentivado pelo comércio e não pela política. No entanto, a expansão da telefonia móvel teve efeitos políticos significativos. De acordo com (Livingston, 2011, pp.14-15), a expansão da telefonia móvel não apenas facilitou a comunicação pessoal e comercial, mas também desempenhou um papel crucial em processos políticos.

De acordo com Admire Mare (2023, p.10), nos últimos três anos, a nível mundial, praticamente as sociedades tornaram-se mais dependente das tecnologias digitais para transações financeiras, para a socialização, na educação, no envolvimento político, na divulgação de notícias e informação, no trabalho remoto e nas reuniões religiosas. Não se pode, porém, ignorar a persistência das desigualdades e das divisões digitais em alguns países de África.

Parece-nos, assim, que a presente investigação poderá ser interessante por abordar a relevância da expansão do jornalismo digital em Angola e os desafios impostos pelo controlo político e económicos sobre os meios de comunicação. Além disso, a pesquisa examina alguns meios de comunicação e a evolução das leis de imprensa em vigor em Angola.

Na síntese de Gutmann e Thompson (2004, p.7), a democracia é uma forma de governo no qual cidadãos livres e iguais (e seus representantes) justificam decisões num processo por meio do qual fornecem, um ao outro, razões que são mutuamente aceitáveis e acessíveis.

A presença de várias fontes de notícias online pode promover uma maior diversidade de opiniões e perspetivas. Isso é fundamental para uma democracia saudável, pois oferece aos cidadãos uma gama mais ampla de informações para formar as suas próprias opiniões, principalmente num país como Angola em que, segundo os profissionais da área, os cidadãos notam a falta de abertura política.

O jornalismo digital pode desempenhar um papel importante no monitoramento das ações do governo e na prestação de contas. A capacidade de os meios de comunicação digital investigarem

e relacionarem questões de interesse público pode contribuir para o fortalecimento das instituições democráticas.

A presença de plataformas digitais permite uma maior participação dos cidadãos nos processos democráticos. Comentários, debates online e interações nas redes sociais podem criar um ambiente, em que as opiniões dos cidadãos são levadas em consideração.

No entanto, é importante notar que o jornalismo digital, por si só, não é uma garantia de paz e democracia. Existem desafios, como a propagação de notícias falsas, a manipulação de informações e a censura online, que podem representar ameaças à integridade do jornalismo digital e, por conseguinte, ao seu impacto potencial na manutenção da paz e da democracia.

Além disso, o acesso equitativo à internet e a alfabetização digital são fatores críticos que influenciam a eficácia do jornalismo digital como um instrumento democrático. Portanto, garantir que todos os segmentos da sociedade tenham acesso e capacidades para usar essas plataformas é essencial para maximizar o seu potencial impacto.

## 1.2 Problematização do objeto de estudo

O sistema mediático em Angola enfrenta desafios significativos decorrentes principalmente do controlo governamental e da falta de independência dos meios de comunicação.

Em Angola, os movimentos de libertação e as lutas pela independência começaram na década de 1950, dando origem, já na década de 1960, à constituição de vários grupos políticos e militares, quais se destacam o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), fundado em 1956, de acordo com a sua historiografia oficial; a União Popular de Angola (UPA, mais tarde transformada em Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), em 1962; e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), em 1966. Esses grupos batiam-se por alcançar a independência de Portugal e o fim do domínio colonial.

Desde o início, houve divisões entre estes diferentes movimentos de libertação, refletindo diferenças ideológicas, étnicas e regionais e, em especial, políticos com fortes interferências estrangeiras, no contexto da guerra fria. Essas divisões levaram a conflitos internos entre os grupos, que se tornaram violentos, culminando em guerras civis que só viriam a terminar em abril de 2002, com os acordos de paz, assinados pelos dois beligerantes que foram resistindo, o MPLA, que governava o país na altura, e a UNITA.

Antes da independência, a FNLA dominava parte do norte de Angola e usava o método de guerrilhas, com o apoio, na altura, do Zaire, atual República Democrática do Congo (RDC) e, em parte da China.

Já a UNITA tinha as suas manobras na parte Sul e Leste de Angola, contando com o apoio do regime do ‘apartheid’ da África do Sul, de maioria branca, e ainda dos Estados Unidos da América e de países do considerado ‘mundo ocidental’.

Enquanto isso, o MPLA lutava na capital do país, nas principais cidades e em algumas províncias que não estavam controladas pelos outros movimentos, apoiado por Cuba, pela antiga União Soviética e pelos países do Leste Europeu.

Angola alcançou a independência de Portugal em 1975, após anos de luta pela libertação. No entanto, esse período foi marcado por uma divisão política e militar entre os três principais

movimentos de libertação, o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) e a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola). Essa divisão criou tensões que culminaram numa guerra civil devastadora.

Enquanto o MPLA, na voz do seu presidente Agostinho Neto, declarava, em Luanda, na madrugada de 11 de novembro a independência de Angola, a FNLA, através do seu presidente, Holden Roberto, fazia exatamente a mesma coisa no Bengo, norte de Angola.

A UNITA, pelo seu presidente Jonas Savimbi, declarava a independência de Angola no sul de Angola, no Huambo.

A proclamação da independência de Angola feita pelo MPLA foi o reconhecida internacionalmente, de imediato por 88 países. Agostinho Neto tornou-se o primeiro presidente do país. Parte dos países ocidentais só o iriam fazer ao longo dos anos e os EUA reconheceu o poder do MPLA, em 1994.

As eleições de 1992 foram um marco crucial na história de Angola, sendo as primeiras eleições multipartidárias realizadas desde a independência. O pleito foi realizado em setembro daquele ano e foi amplamente monitorizado por observadores internacionais, mas debaixo de uma tensão entre o MPLA e a UNITA que tinham uma sede enorme em governar Angola, o país na altura vivia um momento de “cessar-fogo”, embora em algumas regiões havia relatos da continuação de combates.

Durante o período eleitoral de 1992, a comunicação social desempenhou um papel fundamental na cobertura das eleições e na informação aos angolanos sobre os candidatos. Alguns órgãos internacionais e nacionais chegaram a cobrir a ação dos principais partidos, mesmo no país, onde se vivia dias de tensão. Algumas estradas ainda tinham minas, havia vias terrestres cortadas e outras impossíveis de se circular.

Os meios de comunicação, incluindo jornais, rádios e televisão, dedicaram uma cobertura significativa às campanhas eleitorais e aos debates entre candidatos. O país tinha apenas um único canal televisivo, a estatal TPA. O Estado detinha ainda o Jornal de Angola, de cobertura nacional, e algumas publicações ligadas à cultura. A rádio também era pública, com um canal nacional e diversos canais provinciais. Havia ainda a *Vorgan* (Voz da Resistência de Angola), pertencente à UNITA que, mais tarde, iria ser extinta para ser criada Rádio Despertar, com autorização de

emissão a nível nacional obtida nos acordos de paz de 2002. A UNITA ainda detinha o jornal Terra Angolana, praticamente produzido em Portugal e financiado por organizações não governamentais que apoiavam a UNITA, entre elas, norte-americanas, alemãs e portuguesas.

Apesar do ambiente relativamente aberto durante as eleições, houve relatos de represálias contra jornalistas que tentavam reportar de forma imparcial o processo eleitoral. Muitos jornalistas enfrentaram pressões e ameaças devido à natureza politicamente sensível das eleições e à disputa acirrada entre os partidos políticos. Algumas represálias incluíram ameaças de prisão, agressões físicas e intimidação por parte de grupos armados ligados aos diferentes partidos políticos.

A guerra civil resultou em milhares de mortes, deslocamentos em massa e infraestruturas destruída. Durante esse período, os meios de comunicação frequentemente serviram como ferramentas de propaganda e controlo por parte dos grupos em conflito.

Após a independência, o MPLA consolidou o seu controlo sobre Angola, estabelecendo um regime de partido único, desde a altura em que o país era presidido por Agostinho Neto. José Eduardo dos Santos, que assumiu a presidência em 1979 depois da morte de Agostinho Neto, governou o país por quase quatro décadas, até 2017. Durante o seu governo, houve um controlo rígido sobre os meios de comunicação, com a media frequentemente sendo utilizada para promover a agenda do partido no poder.

Após o fim da guerra civil em 2002, Angola iniciou um processo de democratização, mas enfrentou desafios significativos. A cultura política marcada pela guerra civil e pela dominação de um único partido tornou difícil a transição para um sistema político mais pluralista e democrático. A falta de uma cultura de democracia e o legado de repressão política também representaram obstáculos significativos para a consolidação da liberdade de imprensa e a independência dos meios de comunicação.

Esta caminhada histórica e política tornaram o processo de democratização em Angola um caminho difícil, repleto de desafios a serem superados para alcançar uma verdadeira liberdade de expressão e um sistema mediático independente.<sup>3</sup>

Durante a nossa análise aos órgãos de comunicação social, desde a independência de Angola, é notória a concentração da propriedade dos meios de comunicação em mãos de poucos grupos ou indivíduos próximos do governo que contribuíram para a perpetuação da falta de pluralismo na cobertura jornalística.

Tendo mais órgãos de comunicação social sob tutela do governo resulta em limitações à de liberdade de expressão e na utilização dos meios de comunicação como instrumentos de propaganda política, compromete a qualidade e a imparcialidade da informação veiculada, prejudicando assim a capacidade dos cidadãos de terem acesso a informações precisas sobre os assuntos de interesse público.

De acordo com Hallin e Mancini (2004, p.22), a imprensa assume a forma de coloração das estruturas sociais e políticas em cujo seio opera de forma especial e reflete o sistema do controlo social por meio do qual são ajustadas as relações de indivíduos e instituições.

Fica evidenciado nos sites analisados, apesar de dois deles serem privados, mas no caso do *Novo Jornal* que pertence ao Grupo Nova Vaga, que os seus proprietários têm fortes ligações com o partido no poder.

Ficou evidente o aumento do número de órgãos de comunicação “independentes” depois de Angola ter conseguido alcançar a paz, mas, curiosamente, estes órgãos pertenciam aos grupos de alguns generais que fazem parte do MPLA. Por exemplo, o grupo Media Nova, proprietário de dois jornais, duas revistas, quatro estações de rádio emitidas em três províncias, e TV Zimbo, primeiro canal de televisão privado, estão confiscados pelo Estado angolano, com a justificação de que o governo estava a combater a corrupção, com generais a serem investigado. O cenário político alterou-se quando João Lourenço foi eleito presidente de Angola e começou por mexer nas ‘peças do xadrez’ do antigo presidente José Eduardo Santos. As investigações deram conta

---

<sup>3</sup> Cfr. Tony Hodges *Angola: a anatomia de um estado petrolífero*. James, W. Martin. Editora: The Scarecrow Press; 2ª edição (2011); *Historical Dictionary of Angola, Understanding Civil War: Evidence and Analysis* e Relatórios do Human Rights Watch.

que alguns grupos surgidos e que detinham estes órgãos foram supostamente criados com dinheiro do erário público.

Daniel e Mancini (2012, p.22) sublinham que não é possível compreender os media noticiosos sem entender a natureza do Estado, o sistema dos partidos políticos, o padrão das relações entre interesses económicos e políticos e o desenvolvimento da sociedade civil, entre outros elementos da estrutura social:

**“Em muitos casos pode ser razoável que se assumam que o sistema dos medias reflete em especial outros aspetos da estrutura social, o sistema de partidos por exemplo. Mas boas provas de que as instituições de media têm um impacto próprio noutras estruturas sociais” (Daniel e Mancini, 2012, p. 22)**

É fundamental que sejam implementadas medidas eficazes para fortalecer a independência dos meios de comunicação, combater a corrupção e promover a transparência no setor mediático em Angola. Somente através de um ambiente mediático verdadeiramente livre e plural, os cidadãos poderão exercer plenamente o seu direito à informação e participação na vida democrática do país.

Está claro que o sistema mediático angolano é fortemente ‘grampeado’ pelo governo devido à influência direta do Estado sobre os principais meios de comunicação, como acontece com *Televisão Pública de Angola (TPA)*, *Rádio Nacional de Angola (RNA)* e *Jornal de Angola*. Esta estatização compromete a independência e a imparcialidade dos media, limitando a diversidade de opiniões e a liberdade de expressão.

Além disso, parece-nos consensual que a Lei de Imprensa angolana precisa de uma revisão adequada, o que contribui para a perpetuação desse cenário. As leis que regulam a atividade jornalística em Angola são antiquadas e não garantem a proteção dos direitos dos jornalistas e dos cidadãos. Por exemplo, a Lei de Imprensa em vigor contém dispositivos que permitem a censura e a criminalização da atividade jornalística, como a existência de crimes de opinião e difamação (Cfr. Quadro 3, p.30).

Uma revisão legislativa seria fundamental para promover a transparência, a pluralidade e a liberdade de imprensa em Angola. É necessário criar leis que garantam a independência dos órgãos

de comunicação social, a liberdade de expressão e o acesso à informação, bem como estabelecer mecanismos eficazes de regulação e fiscalização da atividade mediática.

Sublinhamos que, a revisão legislativa poderia contribuir para a criação de um ambiente propício ao desenvolvimento de um jornalismo de qualidade e à promoção do debate público, fortalecendo assim a democracia e a participação cívica. Não teríamos jornalistas com medo em tocar em determinados assuntos sob pena de serem perseguidos, ou até mesmo mortos, como aconteceu com Fernando Ricardo de Melo Esteves, que, na primeira metade da década de 1990, foi o jornalista que mais incomodou o regime em Angola, pelo seu estilo editorial implacável de denúncia de casos de alta corrupção, abuso de poder e de descaso para a destruição do país demonstradas pelos senhores da guerra.

Através do bissemanário *Imparcial Fax*, uma publicação inicialmente distribuída via fax, de que era diretor e principal redator, Ricardo de Mello animava assim o único projeto editorial verdadeiramente independente no país, como resultado da abertura ao multipartidarismo, em 1992:

**“No domínio da liberdade de imprensa, há uma história de repressão que se manifesta através de ameaças e intimidações, tendo em vista limitar politicamente a capacidade dos meios de comunicação de investigar e reportar livremente sobre questões sensíveis” (Livingston, 2021, p.12)**

A liberdade de imprensa é um pilar essencial para a democracia, garantir o direito à informação e a possibilidade de escrutínio da atuação dos governos e demais instituições. No entanto, o cenário angolano mostra que essa liberdade é frequentemente ameaçada por interesses políticos e económicos, que buscam controlar a narrativa mediática em benefício próprio.

Neste sentido, é fundamental que a sociedade e as organizações internacionais estejam vigilantes e atuem em defesa da liberdade de imprensa, garantindo o livre exercício do jornalismo e a proteção dos profissionais. Somente com um ambiente de imprensa livre e plural é possível garantir a transparência e responsabilidade necessária para a construção de uma sociedade democrática e justa, situação que em Angola continua a ser uma miragem.

Diante de alguns factos apresentados, claramente existe uma ausência de liberdade de imprensa em Angola e demonstra um grande obstáculo para a diversidade e o pluralismo de ideias na sociedade.

Isso acaba por condicionar a consolidação democrática, uma vez que a liberdade de imprensa desempenha um papel fundamental na promoção da transparência, prestação de contas e participação cívica. Sem uma imprensa livre para questionar e fiscalizar o poder, os cidadãos ficam privados de informações essenciais para tomar decisões informadas e responsabilizar os governantes pelas suas ações. Angola tem promovido uma liberdade de imprensa inexistente.

Por outro lado, vale sublinhar que o desenvolvimento de projetos jornalísticos privados, especialmente no ambiente digital em Angola, enfrenta várias dificuldades estreitamente relacionadas com a legislação.

A legislação angolana possui dispositivos que, na prática, limitam a liberdade de imprensa. A Lei de Imprensa (Lei n.º 1/17) tem sido criticada por permitir a censura e a autocensura entre jornalistas e meios de comunicação. Os projetos jornalísticos privados digitais, muitas vezes, enfrentam desafios ao abordar temas sensíveis ou críticos ao governo, já que podem ser alvo de perseguições legais e sanções como referimos anteriormente.

Existe aqui uma faca de apenas um gume. O governo angolano implementa uma regulamentação rigorosa sobre a internet, o que pode afetar diretamente os projetos jornalísticos digitais. A Lei sobre os Crimes Informáticos (Lei n.º 7/17) inclui disposições que permitem a vigilância e o controlo do conteúdo online, criando um ambiente de incerteza e medo entre jornalistas digitais que podem ser processados por difamação ou outras acusações relacionadas com o conteúdo que publicam.

Sublinhamos aqui que a criação de um meio de comunicação privado em Angola exige o cumprimento de uma série de requisitos burocráticos, incluindo o licenciamento. Vários são os pedidos de abertura de órgãos de comunicação social e os pedidos estão pendentes há vários anos, ao que tudo indica, por não fazerem parte de empresários ligados ao MPLA.

Esse processo pode ser dispendioso e demorado, especialmente para pequenos empreendimentos jornalísticos digitais que podem não ter os recursos necessários para cumprir todas as exigências legais e regulatórias.

A própria legislação angolana não favorece um ambiente económico robusto para a publicidade, que é uma fonte crucial de receita para os meios de comunicação privados. Além disso, a falta de transparência na distribuição de publicidade governamental e o favorecimento de meios de comunicação estatais, ou pró-governo, dificultam a sustentabilidade financeira dos projetos jornalísticos privados.

Apesar de algumas supostas proteções legais, os jornalistas em Angola, especialmente aqueles que trabalham em plataformas digitais, frequentemente enfrentam ameaças, intimidações e até violência.

Sublinhamos que a infraestrutura tecnológica do país, controlada em grande parte pelo estado, pode influenciar a eficácia dos projetos digitais. Problemas como o acesso à internet, os custos elevados e os serviços inconsistentes dificultam a operação regular das plataformas jornalísticas digitais.

Poderia enumerar-se várias dificuldades enfrentados pelos projetos jornalísticos privados digitais em Angola, envolvendo aspetos de liberdade de imprensa, regulamentação da internet, burocracia, pressão económica e falta de proteção aos jornalistas.

Portanto, para fomentar um ambiente mais propício ao desenvolvimento do jornalismo digital privado em Angola, é essencial reformar urgentemente as leis, garantir maior transparência e proteção e promover uma infraestrutura tecnológica mais acessível e eficiente.

Temos de sublinhar que jornalismo nas plataformas digitais tem a capacidade de ampliar significativamente o acesso à informação em Angola. Mas torna-se difícil enquanto o acesso à internet ainda não abrange 50% da população, se o país tiver dispositivos móveis com internet em condições os cidadãos teriam as notícias e informações de maneira rápida e eficiente, estaríamos a dar um bom passo de uma democracia. Este acesso democratizado à informação é crucial para uma sociedade bem informada e ativa. Segundo Dahlgren (2009, p.12), uma imprensa livre e plural

é um pilar fundamental para a democracia, permitindo que os cidadãos tomem decisões informadas e participem de maneira significativa no processo democrático.

As plataformas digitais seriam um grande 'link' para interatividade e envolvimento dos cidadãos, comentários, fóruns, redes sociais e outras formas de participação online facilitam o diálogo entre os jornalistas e o público. Esta interatividade pode fortalecer a cultura democrática ao incentivar a participação ativa dos cidadãos nos assuntos públicos. Shirky (2008, p.20) argumenta que a comunicação digital tem o potencial de transformar a esfera pública ao ampliar as vozes e perspectivas no debate público.

O jornalismo digital pode dar voz a grupos marginalizados que tradicionalmente têm sido excluídos dos meios de comunicação convencionais. Em Angola, isso é particularmente relevante para as comunidades rurais e grupos étnicos minoritários.

Angola saiu de uma guerra de décadas e a informação precisa de ser equilibrada, sendo fundamental para a manutenção da paz. O jornalismo digital pode desempenhar um papel crucial no elucidar rumores e na promoção de narrativas construtivas que favoreçam a reconciliação e a coesão social.

Em contextos pós-conflito, como o de Angola, o jornalismo responsável e ético é essencial para evitar a disseminação de desinformação que possa inflamar tensões sociais. Galtung J. (1996, p.15) descreve o papel dos media na promoção da paz através da criação de uma cultura de diálogo e entendimento mútuo.

Por tanto, a digitalização teria um potencial de transformar significativamente o panorama mediático em Angola, contribuindo para a diversidade de pontos de vista, escrutínio dos poderes públicos e a aproximação aos leitores.

Em Angola, várias iniciativas de jornalismo digital têm demonstrado estas potencialidades. Por exemplo, plataformas como *Maka Angola*, *Club- K* e *AngoNoticias* têm usado o poder da internet para reportar sobre questões de corrupção e direitos humanos, muitas vezes abordam temas que são ignorados ou censurados pelos meios de comunicação tradicionais.

Estas plataformas não só diversificam as fontes de informação disponíveis para os angolanos, como também desempenham um papel crítico na fiscalização dos poderes públicos.

A diversidade de pontos de vista é crucial para uma democracia vibrante, por permitir que diferentes perspetivas sejam ouvidas e consideradas no debate público. Estudos têm mostrado que a inclusão de múltiplas vozes mediáticas podem enriquecer o discurso democrático e promovem uma sociedade mais inclusiva (Fraser, 1990, p. 56).

### **1.3 Organização da investigação**

Esta dissertação divide-se em seis capítulos. O primeiro compreende a introdução do tema, a sua contextualização, os objetivos da pesquisa, a relevância do trabalho assim como a descrição da sua estrutura.

O segundo apresenta o enquadramento teórico e as hipóteses de investigação que servirão de base para este trabalho. O capítulo apresenta uma abordagem teórica acerca dos principais conceitos sobre o jornalismo digital na manutenção da democracia.

No terceiro, será feita uma breve caracterização de Angola, país onde foi realizado este estudo. Ainda neste capítulo, para melhor caracterização do objeto de estudo, apresentamos a problemática que os jornalistas passam para o exercício da função.

No quarto capítulo, intitulado de modelo de investigação, será apresentado o modelo conceptual proposto e respetivas hipóteses de investigação. O capítulo cinco faz uma breve introdução acerca da metodologia de investigação. De seguida será apresentado o método de recolha de dados, onde será dada atenção particular às medidas utilizadas nas questões de entrevistas, finalmente, a análise dos dados das entrevistas.

O sexto capítulo está reservado à análise dos resultados. Neste capítulo, serão apresentados os resultados do ajustamento do modelo estrutural, hipóteses e discussão dos resultados, a qual estará subdividida em antecedentes e consequentes do jornalismo digital.

Por fim, apresenta-se as conclusões da investigação, as contribuições teóricas e práticas, as principais limitações do estudo e sugestões para futuras linhas de investigação.

## **1.4 Metodologias de investigação**

Após uma revisão da literatura das variáveis em estudo e a apresentação do modelo conceptual, incluindo o desenho das respetivas hipóteses e a sua formulação, este capítulo aborda a metodologia utilizada neste trabalho de investigação, apresentando os procedimentos adotados para o alcance dos objetivos propostos.

Conforme referem Prodanov e Freitas (2013, p.45), a aplicação de procedimentos e técnicas devem ser observados para a construção do conhecimento, com o propósito de comprovar a sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade.

Por outro lado, é importante salientar que o contexto desta dissertação é Angola. Portanto, o estudo de caso é uma abordagem metodológica de investigação especialmente adequada quando procuramos compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos fatores (Yin, 2001, p. 68).

Este estudo pode ser classificado, numa primeira fase, como uma pesquisa de campo, baseando-se em suporte bibliográfico, artigos científicos e livros sobre liberdade de imprensa, democracia e jornalismo de forma abrangente (espelhado na revisão literária). Para a pesquisa de campo, serão realizadas entrevistas com jornalistas angolanos que trabalham em sites selecionados para o estudo de caso.

Durante a pesquisa bibliográfica, foram analisados vários artigos científicos, e aproximadamente 12 livros e alguns relatórios relacionados com a temática do Jornalismo Digital e Democracia em Angola.

## 2. REVISÃO DA LITERATURA

### 2.1 O SISTEMA MEDIÁTICO EM ANGOLA

O carácter dinâmico das características políticas, económicas e sociais marca significativamente o sistema mediático de Angola, tendo em consideração que o país se encontra em paz desde 2002 após um período de guerra civil que se prolongava desde a declaração de independência, em 1975. De entre os problemas que surgem de imediato, conta-se a falta de profissionais especializados em novas tecnologias de informação e comunicação, o que se tem vindo a tentar solucionar ao longo dos últimos anos.

Daniel e Mancini (2012, p.22) sublinham que não é possível compreender os media noticiosos sem entender a natureza do Estado, o sistema dos partidos políticos, o padrão das relações entre interesses económicos e políticos e o desenvolvimento da sociedade civil, entre outros elementos da estrutura social:

**“Em muitos casos pode ser razoável que se assumam que o sistema dos medias reflete em especial outros aspetos da estrutura social, o sistema de partidos por exemplo. Mas boas provas de que as instituições de media têm um impacto próprio noutras estruturas sociais” (Daniel e Mancini, 2012, p.22)**

O jornalismo, sendo um dos fatores comunicacionais decisivos na divulgação e propagação de informação baseado no interesse público, é diretamente afetado por esta mudança que promove um corte com o sistema organizacional de comunicação tradicional analógico. Os meios digitais abrem novas possibilidades ao jornalismo de ser mais interventivo e novos desafios aos jornalistas ao passarem a interagir diretamente com os leitores-utilizadores, o que contrasta radicalmente com a relação passiva que antes havia com o leitor-ouvinte-telespectador e que reinou durante todo o século XX.

O jornalista continua a ser aquele que possui o profissionalismo para a transmissão fidedigna da informação. Na lei de Imprensa angola de 1991, no Estatuto do Jornalista, Artigo 3º, especifica na linha E que, o jornalista pesquisa, recolhe, seleciona, dá tratamento de factos, noticia, informações ou opiniões e a sua preparação, através de textos, imagem ou som, para a divulgação na comunicação social.

A propriedade dos meios de comunicação em Angola é caracterizada por uma combinação de propriedade estatal e privada, mas existe uma presença significativa de veículos de comunicação controlados pelo Estado, o que pode influenciar a independência editorial.

Os autores Daniel e Mancini (2012, p. 22) sublinham que o modelo Pluralista Polarizado, pela integração dos media nos partidos políticos, resulta num histórico mais fraco dos media comerciais e num papel mais forte do Estado.

A estrutura de propriedade dos meios de comunicação em Angola é multifacetada, abrangendo empresas públicas e privadas. Os meios estatais, historicamente dominantes, coexistem com uma crescente presença de entidades privadas, refletindo uma transição em direção à diversificação.

De acordo com os mesmos autores, a imprensa assume a forma de coloração das estruturas sociais e políticas e opera de forma especial, reflete o sistema do controlo social por meio do qual são ajustadas as relações de indivíduos e instruções.

**“Não é possível compreender os media noticiosos sem entender a natureza do Estado, o sistema dos partidos políticos, o padrão das relações entre interesses económicos e políticos, e o desenvolvimento da sociedade civil, entre outros elementos da estrutura social” (Hallin e Mancini, 2011, p. 22)**

É importante sublinhar que todos os órgãos no quadro abaixo que se encontram como estatal e privado foram confiscados pelo estado angolano. Diversos órgãos, inicialmente privatizados, estão atualmente sob administração estatal. Esta situação surgiu, porque o governo angolano alegou que muitas dessas instituições que pertencentes a alguns generais foram construídas ou desenvolvidas utilizando recursos provenientes do erário público.

Até ao final da elaboração deste estudo ainda não tinha sido realizado um concurso público para a privatização definitiva desses órgãos. Esse concurso é fundamental para assegurar que o processo de transferência para a gestão privada seja conduzido de maneira justa, transparente e que cumpra todas as exigências legais. (cfr. Quadro 1).

**QUADRO 1****SISTEMA MEDIÁTICO ANGOLANO**

| <b>MEIO DE INFORMAÇÃO</b>                               | <b>PROPRIEDADE</b> | <b>ANO DA FUNDAÇÃO</b>                                      |
|---|--------------------|---|
| <i>JORNAL DE ANGOLA</i>                                 | ESTATAL            | 1975  |
| <i>AGÊNCIA ANGOLA PRESS<br/>(ANGOP)</i>                 | ESTATAL            | 1975  |
| <i>RÁDIO NACIONAL DE ANGOLA<br/>(RNA)</i>               | ESTATAL            | 1977  |
| <i>TELEVISÃO PÚBLICA DE<br/>ANGOLA (TPA)</i>            | ESTATAL            | 1975  |
| <i>RÁDIO 5</i>  | ESTATAL            | 1995  |
| <i>RÁDIO N'GOLA YETU</i>                                | ESTATAL            | 1998  |
| <i>RÁDIO ECCLESIA (EMISSORA<br/>CATÓLICA DE ANGOLA)</i> | PRIVADO            | FUNDADA EM 1955,<br>ENCERRADA EM 1977 E<br>REABERTA EM 1997 |
| <i>LUANDA ANTENA COMERCIAL<br/>(LAC)</i>                | PRIVADO            | 1992  |
| <i>RÁDIO DESPERTAR</i>                                  | PRIVADO            | 1997/ COMEÇOU A EMITIR<br>APENAS EM 2006                    |

|                              |                       |      |
|------------------------------|-----------------------|------|
| <i>RÁDIO MAIS</i>            | MISTO PRIVADO/PÚBLICO | 2008 |
| <i>TV ZIMBO</i>              | MISTO PRIVADO/PÚBLICO | 2008 |
| <i>JORNAL OPAÍS</i>          | MISTO PRIVADO/PÚBLICO | 2008 |
| <i>SEMANARIO EXPANSÃO</i>    | PRIVADO               | 2009 |
| <i>SEMANARIO NOVO JORNAL</i> | PRIVADO               | 2008 |
| <i>RÁDIO CULTURA</i>         | ESTATAL               | 2022 |
| <i>RÁDIO BENGUELA</i>        | ESTATAL               | 1975 |
| <i>MAKA ANGOLA/ SITE</i>     | PRIVADO               | 2011 |
| <i>CLUBE K</i>               | PRIVADO               | 2000 |
| <i>ANGONOTICIAS</i>          | PRIVADO               | 2011 |

A abertura da internet geralmente é vista como uma maneira de facilitar a livre circulação de informações, permitindo que as pessoas expressem as suas opiniões e que os jornalistas desempenhem um papel crítico na divulgação de notícias. No entanto, em alguns casos, regimes políticos podem perceber isso como uma ameaça ao seu controlo sobre a narrativa pública.

No contexto específico de Angola, é importante considerar as diferentes perspetivas e entender os motivos por detrás das preocupações do partido no poder em relação aos medias digitais, na medida em que pode haver uma preocupação com a disseminação de informações que possam desafiar a narrativa oficial, ameaçar a estabilidade política ou questionar as ações do governo.

Citando McLuhan, Hallin e Mancini (2011, p. 23) colocam em perspectiva a defesa de que, por vezes, as mudanças podem manifestar preconceito profissional, no sentido de exagerar a influência autónoma dos media:

**“A cultura política é importante, mostrar como as diferenças em sistemas de media estão associadas a conceções socialmente partilhadas sobre Estado e a sociedade, objetividade, interesse público e afins” (Daniel Hallin e Paolo Mancini, 2011, p. 23)**

Na abordagem de todos estes assuntos correlacionados com o jornalismo digital, pretende-se perceber até que nível o jornalismo digital tem sido uma potência para preservar a democracia em Angola. De acordo com Luís Felipe Miguel (2019, p. 25), as novas tecnologias mudam a relação entre meios de comunicação de massa, poder económico e poder político. Mas não eliminam a centralidade dos media, nem a necessidade, para quem deseja construir uma ordem democrática, de enfrentar o gargalo representado pelo controlo da informação por um punhado de grupos privados.

Em relação à propriedade e controlo, o sistema mediático em Angola foi fortemente influenciado pelo governo e pelo partido no poder, o MPLA. O Estado detém participações em várias empresas de media e influencia, direta ou indiretamente, a maioria dos órgãos de comunicação social. Isso leva a preocupações com a liberdade de imprensa e a independência editorial.

Steven Livingston (2021, pp.12-18)<sup>4</sup> considera que as tendências recentes para restringir a liberdade de imprensa mostram que África não está pronta para a democracia. Segundo este ponto de vista, o caminho mais correto consiste em aumentar as expectativas e centrar a ação na criação de estruturas administrativas hierárquicas benéficas, com maior capacidade de gerir melhorias básicas em infraestruturas e promover o desenvolvimento económico.

**“No domínio da liberdade de imprensa, há uma história de repressão que se manifesta através de ameaças e intimidações, tendo em vista limitar politicamente a capacidade dos meios de comunicação de investigar e reportar livremente sobre questões sensíveis” (Livingston 2021, p.12)**

A afirmação apresentada por Livingston ressalta a constante ameaça à liberdade de imprensa por meio da repressão, intimidação e limitação política imposta aos meios de comunicação. Essa

---

<sup>4</sup> Cfr. <https://iddp.gwu.edu/> consultado 04/11/2023

realidade é corroborada por diversos casos ao redor do mundo, nos quais jornalistas e veículos de comunicação são alvos de perseguições e restrições, muitas vezes com o intuito de censurar a divulgação de informações sensíveis.

A abertura que a Internet promove favorece a população para poder se expressar e os jornalistas poderem usar essa ferramenta para fazer notícias “sem censura” do regime do partido no poder; por outro lado, o MPLA vê isso como um atentado para a democracia que tanto prega, mas que os angolanos não têm visto, segundo relata o Arthur Gwagwa, no seu estudo sobre “Digital Media: An emerging repression battlefront in Angola?” (Gwagwa, 2017, p.10)<sup>5</sup>.

### **2.1.2 A lei de imprensa em Angola**

A Lei de Imprensa angolana estabelece os princípios gerais que devem enquadrar a atividade da comunicação social na perspectiva de permitir a regulação das formas de acesso e exercício da liberdade de imprensa, que constitui um direito fundamental dos cidadãos constitucionalmente consagrado. Este direito tem sido objeto de tratamento em legislação ordinária desde 1991, através da Lei n.º 22/91, de 15 de junho e da Lei n.º 7/06, de 15 de maio. Apesar da Assembleia Nacional ter revista a lei de imprensa em 2022 e ter alterado a lei n.º 1/17, de 23 de janeiro, foi aprovado com 125 votos a favor do MPLA, 38 votos contra da UNITA e nove abstenções.

---

<sup>5</sup> Cfr

[https://www.academia.edu/35814546/Digital\\_Media\\_An\\_emerging\\_repression\\_battlefront\\_in\\_Angola\\_M%C3%ADdia\\_digital\\_uma\\_frente\\_de\\_guerra\\_de\\_repress%C3%A3o\\_emergente\\_em\\_Angola](https://www.academia.edu/35814546/Digital_Media_An_emerging_repression_battlefront_in_Angola_M%C3%ADdia_digital_uma_frente_de_guerra_de_repress%C3%A3o_emergente_em_Angola)), consultado em 08/11/2023

## QUADRO 2

### LEI DE IMPRENSA - LEGISLAÇÃO

| ANO  | TEMA  | ALTERAÇÃO  |
|------|---|--|
| 2006 | Lei sobre o Exercício da Atividade de Radiodifusão, que regula o Exercício da Atividade de Radiodifusão no Território Nacional. — Revoga a Lei n.º 9/92, de 16 de abril, Lei sobre a Atividade de Radiodifusão. | Aprovação definitiva das leis da rádio, da televisão, da publicidade e o estatuto do Jornalista  |
| 2017 | Lei n.º 22/91 de 15 de junho que passa a regular as formas do exercício da liberdade de imprensa e as providências adequadas para prevenir e reprimir seus abusos   | Os princípios gerais orientadores da legislação relativa à comunicação social e regula as formas do exercício da liberdade de imprensa   |
| 2022 | Lei sobre o Exercício da Atividade de Radiodifusão, que regula o Exercício da Atividade de Radiodifusão no Território Nacional. — Revoga a Lei n.º 9/92, de 16 de abril, Lei sobre a Atividade de Radiodifusão. | A Proposta de Alteração da Lei de Imprensa prevê o alargamento do quadro jurídico-legal de participação social direta ou indireta do capital estrangeiro nas empresas de comunicação social de 30 para 49 por cento. |

**QUADRO 3****LEI DE IMPRENSA – ALTERAÇÕES**

| <b>ANO DO DIPLOMA</b> | <b>TEMA</b>                                 | <b>CONTEÚDO</b>  | <b>ANO DO DIPLOMA</b> | <b>ALTERAÇÃO</b>   |
|-----------------------|---|--|-----------------------|--|
| 1991                  | Artigo 10º Interesse público                | Todas as empresas e órgãos de comunicação social têm a responsabilidade social de assegurar o direito dos cidadãos de informar, se informar e ser informado, nos termos do interesse público | 2022                  | Todas as empresas e órgãos de comunicação social têm a responsabilidade social de assegurar a liberdade de expressão, de informação e o confronto de diversas correntes de opinião, com vista à salvaguarda dos direitos dos cidadãos de informar, de se informar e de ser informado |
|                       | Artigo 26.º<br>Transparência da propriedade | As acções das empresas de comunicação social que assumam a forma de sociedade anónima têm de ser todas nominativas.  |                       | As acções das empresas de comunicação social que assumam a forma de sociedade anónima têm de ser todas nominativas.  |

|  |  |  |  |   |
|--|--|--|--|---|
|  |  |  |  | <p>A relação dos detentores de participações sociais nas empresas de comunicação social, a sua discriminação, bem como a indicação das publicações que àqueles pertençam, ou a outras entidades com as quais mantenham uma relação de grupo, deve ser remetida a Entidade Reguladora da Comunicação Social Angolana, para efeitos de garantia do respeito pela liberdade de concorrência.</p> |
|  | <p>Artigo 45.º<br/>Condições prévias ao exercício da atividade de radiodifusão</p> | <p>O exercício da atividade de radiodifusão está sujeito a licenciamento prévio mediante concessão outorgada através de concurso público, no quadro do plano nacional de radiodifusão sonora e obedece</p> |  | <p>As ações das empresas de comunicação social que assumam a forma de sociedade anónima têm de ser todas nominativas.</p> <p>A relação dos detentores de participações sociais nas empresas de comunicação social,</p>  |

|  |  |  |  |   |
|--|--|--|--|---|
|  |  | aos preceitos da legislação angolana e das convenções internacionais sobre a matéria   |  | a sua discriminação, bem como a indicação das publicações que àqueles pertençam, ou a outras entidades com as quais mantenham uma relação de grupo, deve ser remetida a Entidade Reguladora da Comunicação Social Angolana, para efeitos de garantia do respeito pela liberdade de concorrência |
|  | Artigo 18.º<br>(Deveres dos jornalistas) | a) informar com rigor, objetividade e isenção; b) respeitar o perfil editorial da empresa de comunicação social para que trabalha, bem como a ética e deontologia profissionais; |  | b) Abster-se do plágio, da calúnia, da difamação, da mentira, da acusação sem provas, da injúria e da adulteração de documentos, sob pena de responsabilização civil e criminal   |
|  | Artigo 23.º (Formas das empresas)        | As empresas de comunicação social revestem as formas previstas na lei.   |  | a) Órgãos de imprensa escrita;<br><br>b) Agências noticiosas;   |

|  |  |   |  |  |
|--|--|---|--|--|
|  |  | <p>2. Para efeitos da presente lei consideram-se:</p> <p>a) empresas jornalísticas — as que editam publicações periódicas;</p> <p>b) empresas noticiosas — as que têm por objeto principal a recolha, tratamento e difusão de informação em texto, som ou imagens;</p> <p>3. As empresas referidas nas alíneas b) e c) do número anterior são reguladas por legislação específica</p> |  | <p>c) Estações ou emissoras de radiodifusão sonora;</p> <p>d) Estações o emissoras de teledifusão;</p> <p>e) Imprensa eletrónico;</p> <p>f) Provedor de serviços;</p> <p>g) Agências de serviços de fotojornalismo</p> <p>2. Os operadores de Televisão e de Rádio devem transmitir em direto as mensagens dirigidas à Nação pelo presidente da República, as declarações de Estado de Sítio ou de Emergências, Estado de guerra, bem como Situação de Calamidade Pública.</p> <p>3. A publicidade da Comunicação Institucional do Estado pelos Órgãos</p> |
|--|--|---|--|--|

|  |  |  |  |   |
|--|--|--|--|---|
|  |  |  |  | Públicos de Comunicação Social rege-se por regulamento próprio.   |
|  | Artigo 16.º<br>(Publicação das notas oficiais) | Os jornalistas têm os seguintes direitos fundamentais:<br><br>a) a liberdade de expressão, criação e divulgação;<br><br>b) a liberdade de acesso às fontes de informação, nos termos estabelecidos na lei, bem como o direito de acesso a locais públicos e respetiva proteção |  | Os operadores de Televisão e de Rádio devem transmitir em direto as mensagens dirigidas à Nação pelo Presidente da República, as declarações de Estado de Sítio ou de Emergência, Estado de Guerra, bem como Situação de Calamidade Pública.<br><br>A publicidade da Comunicação Institucional do Estado pelos Órgãos Públicos de Comunicação Social rege-se por regulamento próprio. |
|  | Artigo 17.º (Direitos dos jornalistas)         | 1. O direito de resposta e o de retificação deve ser exercido pelo titular, pelo representante legal,  |  | 1. Direito à Carteira Profissional atribuída pela Comissão de Carteira e Ética, nos termos da lei;  |

|  |  |   |  |   |
|--|--|---|--|---|
|  |  | <p>pelos herdeiros ou pelo cônjuge sobrevivente, nos 45 dias seguintes à publicação ou da emissão que lhe deu origem.</p> <p>2. O prazo fixado no número anterior suspende-se quando, por motivos de força maior, as pessoas nele referidas estiverem impedidas de fazer valer o direito cujo exercício estiver em causa.</p> <p>3. O direito de resposta e o de retificação deve ser exercido mediante petição constante de carta protocolada com assinatura reconhecida, dirigida à direção do periódico ou da entidade emissora, na qual se refira o facto ofensivo, não verídico ou erróneo e se indique o teor da resposta ou da retificação pretendida.</p> |  | <p>2. Não ser detido, afastado ou por qualquer forma impedido de desempenhar a sua função, salvo nos casos previstos por lei;</p> <p>3. Recorrer às autoridades competentes sempre que for impedido o gozo dos direitos inerentes ao exercício da profissão;</p> <p>4. Intentar, por meio da entidade empregadora, do seu sindicato ou em nome próprio Acção judicial em caso de violência, agressão, tentativa de corrupção, intimidação ou pressão no exercício da sua profissão.</p> |
|--|--|---|--|---|

|  |  |   |  |  |
|--|--|---|--|--|
|  |  | <p>4. O conteúdo da resposta ou da retificação deve ser limitado pela relação direta e útil com o artigo ou emissão que a provocou e não pode exceder o número de palavras do texto respondido, nem conter expressões que envolvam responsabilidade criminal.</p> |  |  |
|--|--|---|--|--|

|  |  |   |  |   |
|--|--|---|--|---|
|  | <p>Artigo 65.º<br/>(Exercício dos direitos de resposta e de retificação)</p> | <p>Pelos atos lesivos de interesses e valores protegidos por lei, cometidos através da imprensa, respondem os seus autores, disciplinar, civil e criminalmente.</p> <p>Aqueles que dolosamente promoverem ou colaborarem na exploração de estações de radiodifusão e de televisão sem o licenciamento prévio, são punidos com multa e a perda dos equipamentos a favor do Estado.</p> |  | <p>1. A atividade de televisão é exercida pelo Estado e demais entidades públicas ou privadas.</p> <p>2. O exercício da atividade de televisão é de âmbito nacional e internacional.</p> <p>3. Lei especial regula os mecanismos de licenciamento e as demais condições para o exercício da atividade de televisão.</p> |
|--|--|---|--|---|

|  |  |  |  |   |
|--|--|--|--|---|
|  | Artigo 69.º<br>(Formas de responsabilidade)                  | <p>Pelos atos lesivos de interesses e valores protegidos por lei, cometidos através</p> <p>da imprensa, respondem os seus autores, disciplinar, civil e criminalmente</p>  |  | <p>2. O exercício da atividade de imprensa online rege-se pela presente Lei e demais legislação aplicável.</p>  |
|  | Artigo 80.º<br>(Emissão dolosa de programas não autorizados) | <p>Aqueles que dolosamente promoverem ou colaborarem na exploração de estações de radiodifusão e de televisão sem o licenciamento prévio, são punidos com</p> <p>multa e a perda dos equipamentos a favor do Estado.</p> |  | <p>Aqueles que dolosamente promoverem ou colaborarem na exploração de estações de radiodifusão e de televisão sem o licenciamento prévio, são punidos com multa e a perda dos equipamentos a favor do Estado.</p> <p>1. Na determinação da responsabilidade civil, emergente de factos cometidos por meio da imprensa, observam-se os princípios gerais legalmente estabelecidos, salvo o disposto nos números seguintes.</p> |

|  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|
|  |  |  |  | <p>2. São solidariamente responsáveis, pelos danos que tiverem causado: a) Nos casos de escrito ou imagem, numa publicação periódica ou agência de notícias, o autor do escrito, o editor, o diretor ou seu substituto legal e a empresa ou órgão de comunicação social;</p> <p>b) Nos programas de rádio e televisão, o autor do dano, quando identificado pela voz ou pela imagem, exceto nos casos em que não tenha função redatorial ou editorial, o editor responsável e a empresa de comunicação difusora do texto, som ou imagem;</p> <p>c) Nos casos de difusão através da internet, o autor do conteúdo e o</p> |
|--|--|--|--|--|

|  |  |  |  |   |
|--|--|--|--|---|
|  |  |  |  | responsável pelo sítio.   |
|  |  |  |  | 3. O direito à indemnização por danos provocados por meio da imprensa prescreve, se a respetiva Acção não for intentada no prazo de um ano, desde a data em que ocorreu a publicação ou transmissão visada. |

### **2.1.3 Liberdade de expressão, transparência e pluralismo**

A recente alteração na Lei de Imprensa em Angola representa um passo crucial para a promoção da liberdade de expressão, transparência e diversidade no cenário mediático. Essa reforma visa estabelecer bases sólidas para uma comunicação social mais independente e plural, refletindo o compromisso com valores essenciais e a adaptação às necessidades da sociedade angolana.

Também podemos dizer que as alterações na legislação de imprensa angolana podem ter uma ampla gama de impactos, influenciando a liberdade de expressão, o papel dos meios de comunicação na sociedade e a proteção dos direitos dos jornalistas. Essas mudanças podem ser motivadas por diversos fatores, incluindo evoluções sociais, avanços tecnológicos e a necessidade de se adaptar a novas realidades políticas e culturais.

No Artigo 10.º Interesse público, na primeira lei aprovada, não se descrevia sobre a liberdade de imprensa. Já a alteração de 2022 introduz a questão da liberdade de expressão e o asseguramento de livre expressão da opinião pública e da sociedade civil, situação que outrora nem sequer era mencionada.

Na sua tese de doutoramento, João Félix Pedro Candumba (2015, p. 28) sublinha que todo o setor privado da comunicação em Angola começou a ganhar espaço em termos de interesses dos leitores pelo facto das informações serem mais fundamentadas em termos de abordagem jornalística, enquanto a imprensa pública não traz uma visão sólida dos factos que acontecem na sociedade. Ou seja, percebemos que a ascensão do setor privado da comunicação em Angola, com uma abordagem jornalística mais fundamentada, reflete uma tendência global em direção à diversificação dos meios e à pluralidade de vozes. Isso pode ser benéfico para os leitores, proporcionando uma gama mais ampla de perspetivas sobre os acontecimentos na sociedade.

A percepção de que a imprensa pública não oferece uma visão sólida dos factos pode levantar questões sobre a transparência e a representação equitativa na comunicação. Uma imprensa pública forte desempenha um papel importante na promoção da transparência, responsabilidade e na apresentação de uma variedade de perspetivas.

O Artigo 26.º retrata a transparência da propriedade. A primeira lei de 1991 apenas especificava a questão da relação dos detentores de participações sociais nas empresas de comunicação social, a sua discriminação, bem como a indicação das publicações que àqueles pertençam. Mas na atual lei, alterada em 2022, já vem implementar a questão remissão destas empresas a Entidade Reguladora da Comunicação Social Angolana, para efeitos de garantia do respeito pela liberdade da concorrência.

Essa mudança, ao destacar a transparência da propriedade e estabelecer a remissão das empresas de comunicação social à Entidade Reguladora da Comunicação Social Angolana para garantir o respeito pela liberdade de concorrência, revela uma preocupação em promover uma maior transparência e concorrência no setor de média.

A inclusão da remissão dessas empresas para a Entidade Reguladora da Comunicação Social Angolana sugere uma abordagem mais regulatória para garantir que a propriedade e operação das empresas de comunicação social estejam em conformidade com princípios que visam assegurar a equidade, transparência e a liberdade de concorrência.

Essas mudanças indicam uma resposta às dinâmicas em evolução no ambiente dos media, possivelmente visando criar um ambiente mais justo e transparente para as empresas de

comunicação social, enquanto protege a liberdade de concorrência. No entanto, a interpretação exata e o impacto dessas alterações podem depender de como são implementadas e de como a legislação é aplicada na prática.

Já no Artigo 17.º que delinea os direitos dos jornalistas, vemos um marco, pois na primeira Lei de 1991 nada constava sobre a questão do direito à carteira profissional.

A inclusão do direito à carteira profissional no Artigo 17.º da lei de imprensa angolana, mais especificamente na alínea g), marca um avanço significativo em termos de reconhecimento e regulamentação dos direitos dos jornalistas. Ao garantir o direito à carteira profissional atribuída pela Comissão de Carteira e Ética, a legislação busca formalizar e regular a profissão jornalística.

O direito à carteira profissional é uma medida comum em muitos países para estabelecer padrões profissionais, garantir a qualificação adequada dos jornalistas e fornecer um meio de regulamentação ética. A Comissão de Carteira e Ética, mencionada na legislação, pode desempenhar um papel crucial na avaliação e emissão dessas carteiras, contribuindo para a integridade e ética da prática jornalística.

Essa mudança reflete uma preocupação em fortalecer as bases profissionais dos jornalistas, enquanto estabelece padrões éticos e de conduta na prática jornalística.

No Artigo 45.º de 1991, a Lei exigia que, para o exercício da atividade de radiodifusão, fica-se sujeito a licenciamento prévio e a concurso público. A atual lei determina que atividade de agência de notícias pode ser exercida por qualquer entidade pública ou privada. Porém, não deve ser exercida nem financiada por partidos ou associações políticas, organizações sindicais, patronais, profissionais e autarquias locais, por si só, ou através de entidade em que detenham capital.

A mudança na regulamentação da atividade de radiodifusão para a agência de notícias destaca uma evolução nas políticas de comunicação e reflete uma abordagem diferente em relação ao licenciamento e à restrição de financiamento por parte de certas entidades.

Na versão de 1991, a exigência de licenciamento prévio e concurso público para o exercício da atividade de radiodifusão indicavam um processo regulatório mais rigoroso e controlado pelo partido no poder no sentido de controlar os órgãos de comunicação.

Na versão atual, ao permitir que a atividade de agência de notícias seja exercida por entidades públicas ou privadas, a lei parece abrir espaço para uma maior diversidade de fontes de informação. No entanto, ao restringir o financiamento por parte de partidos políticos, associações políticas, organizações sindicais, patronais, profissionais e autarquias locais, a legislação busca preservar a independência e a imparcialidade dessas agências.

Essas mudanças podem refletir esforços para promover uma mídia mais plural, independente e ética, enquanto se mantêm certos controles para evitar influências políticas ou comerciais indevidas.

A alteração no Artigo 65.º da Lei de Imprensa em Angola representa um avanço significativo ao permitir o exercício da atividade de televisão em todo o território nacional ou internacional. Diferentemente da versão anterior de 1991, que se concentrava principalmente nos direitos de resposta e de retificação, a revisão atual reflete uma abordagem mais aberta e adaptada às dinâmicas contemporâneas do cenário mediático.

Essa mudança sugere uma resposta às transformações tecnológicas e à necessidade de facilitar uma cobertura televisiva mais abrangente. Ao permitir a atuação em escala nacional e internacional, a legislação busca promover a diversidade de fontes e a disseminação de conteúdo televisivo, abrindo caminho para uma maior variedade de perspectivas e experiências.

Essa expansão geográfica das atividades televisivas pode ter implicações positivas na democratização do acesso à informação e na promoção de uma maior diversidade de conteúdo.

#### **2.1.4 A importância da carteira profissional**

Em outubro de 2019, realizou-se, em Luanda, a Assembleia Ordinária dos Jornalistas Angolanos, supervisionada pela Entidade Reguladora da Comunicação Social (ERCA). Nessa assembleia, foi aprovado o Código de Ética dos Jornalistas Angolanos e a Comissão da Carteira e Ética foi eleita como entidade reguladora da atividade dos jornalistas em Angola.

Apesar de estar na Lei de Imprensa, desde janeiro de 2017, a Comissão da Carteira e Ética é um organismo de direito público encarregado de gerir o sistema de acreditação dos profissionais da

comunicação social, conforme estabelecido pela lei. O seu corpo diretivo está dividido de acordo com o Estatuto do Jornalista e o Código Deontológico.

O Estatuto do Jornalista define quem é jornalista, regime de incompatibilidades, direitos e deveres, e as condições relacionadas à carteira profissional. Este estatuto é aprovado pelo Governo, ouvindo os sindicatos e associações de jornalistas. O Código Deontológico é adotado pelas associações de jornalistas.

A Comissão da Carteira e Ética, responsável pela emissão da carteira profissional, foi estabelecida em conformidade com a Lei de Imprensa reformada em 2017. No entanto, a implementação efetiva começou em 2019, após a supervisão da ERCA. Em 2021, a comissão começou a emitir as carteiras profissionais para jornalistas angolanos, quase três décadas após a inclusão do artigo sobre o estatuto do jornalista na Lei de Imprensa de 1991.

### **2.1.5 O papel da ERCA**

A ERCA é um órgão independente cuja missão é assegurar a objetividade e isenção da informação, bem como salvaguardar a liberdade de expressão e pensamento na imprensa, em conformidade com os direitos consagrados na Constituição e na Lei. A ERCA, definida pelo Artigo 2.º da Lei n.º 2/17 de 23 de janeiro, atua como uma entidade administrativa independente, responsável por regular e supervisionar as atividades de comunicação social.

Os objetivos da ERCA, na sua atividade de regulação e supervisão, incluem a promoção e garantia do pluralismo e diversidade das correntes de opinião, assim como da expressão cultural, linguística, religiosa e étnica que representam a natureza multicultural de Angola. Adicionalmente, a ERCA procura garantir a livre difusão e o acesso aos conteúdos, proteger os grupos sociais vulneráveis, assegurar critérios rigorosos nos conteúdos dos meios de comunicação social, efetivar a responsabilidade editorial em caso de violação da lei e proteger os direitos e a personalidade individuais.

A intervenção da ERCA abrange todas as pessoas coletivas de direito público e privado que exercem atividades na comunicação social em Angola, conforme estipulado pelo Artigo 7.º da Lei n.º 2/17 de 23 de janeiro. Isso engloba operadores de rádio e televisão, editoras de publicações periódicas, agências noticiosas e entidades que utilizam meios eletrónicos, incluindo a media

online, para divulgar conteúdos editoriais. Esta abordagem reflete o compromisso abrangente da ERCA em regular e supervisionar todas as atividades relacionadas com a comunicação social no país.

### **2.1.6 As posições dos partidos**

Na altura da revisão da lei de imprensa, a UNITA queria votar a favor de uma lei que garantisse a proteção da independência dos mandatos e das carreiras dos jornalistas, uma lei que garantisse a liberdade para os profissionais da classe elegerem, eles mesmos, os conselhos de redação da *TPA* e da *RNA*. Uma lei que, de acordo com Entidade Reguladora da Comunicação Social Angolana, (ERCA), continua a carecer de uma revisão, em que os profissionais apontam várias lacunas. Muitos defensores da liberdade de imprensa e organizações de direitos humanos pedem uma revisão da lei de imprensa em Angola que garanta uma maior liberdade e independência editorial. Isso incluía a necessidade de revogar ou reformar disposições que limitavam a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa.

O MPLA, partido com maiores assentos na Assembleia Nacional, concorda com aprovação da atual lei de imprensa, sempre mostrou que a atualização deve permanecer.

O jornalismo de investigação, muitas vezes, enfrenta obstáculos em Angola devido a restrições à liberdade de imprensa e à falta de recursos. No entanto, há jornalistas e organizações que trabalham incansavelmente para expor a corrupção e outros problemas sociais. De acordo com Rafael Marques, (2014, p.13) o grande obstáculo para se fazer uma investigação jornalística são as forças de Segurança do Estado que têm monitorizado os passos dos profissionais de comunicação, em que, muitas vezes, as pesquisas são furtadas e os jornalistas ameaçados:

**“Os documentos roubados incluíam mais de 70 formulários de ocorrência de casos de tortura e vários de homicídio. Esses formulários continham números de telefone de vítimas, familiares e informantes, assim como os nomes destes e várias fotografias comprovativas dos níveis de violência. Havia também documentos relevantes de algumas instituições responsáveis pelos abusos, correspondência útil ao trabalho e papéis pessoais” (Marques, 2014, p.13).**

Alguns conceitos de Deacon e Stanyer (2014, p.1032) postulam que a mediatização emergiu como um novo conceito influente nos estudos dos media e da comunicação. O conceito já demonstrou

uma notável portabilidade com discussões sobre a mediatização nas seguintes áreas: política, guerra, religião, medicina, ciência, música, construção de identidade, saúde, infância, teatro, turismo, memória, mudança climática, formulação de políticas, desempenho, consumo, demência, morte, relações íntimas, geografia humana e educação.

A indústria dos media em Angola enfrenta desafios económicos, com muitos meios de comunicação dependentes de financiamento estatal ou anunciantes vinculados ao governo. Isso tem afetado a independência editorial e a capacidade de os meios de comunicação operarem de forma sustentável, relatam profissionais da área em Angola.

Os autores Daniel e Mancini (2011, p. 63) realçam que os papéis diferentes que o Estado pode desempenhar como proprietário, regulador e financiador dos media estão enraizados de forma bastante clara nas diferenças mais gerais do lugar que o Estado ocupa na sociedade. Ainda na perceção dos autores, ao nível mais básico, a distinção pode ser feita entre as democracias liberais e usam o exemplo dos Estados Unidos e as democracias que predominam na Europa. De acordo com os mesmos autores, a comparação é importante na investigação social por permitir, em muitos casos, testar hipóteses sobre inter-relacionamentos entre os fenómenos sociais.

Como em muitos lugares do mundo, os meios de comunicação digitais estão a crescer e Angola tem tentado seguir a dinâmica. Isso oferece uma plataforma para vozes independentes e pode ser menos sujeito a controlo estatal em comparação com os meios de comunicação tradicionais.

Entretanto, na sua dissertação, João Félix Pedro Candumbao, (2021, p.220) sublinha que o sistema mediático angolano se refere ao conjunto de meios de comunicação, como jornais, televisão, rádio, revistas e meios digitais, que operam em Angola. O sistema mediático em Angola tem características próprias e é influenciado pela história do país, pelo seu sistema político e pela sua economia. Os conceitos-chave relacionados ao sistema mediático angolano assentam na liberdade de imprensa que como fundamental para a existência de um sistema mediático saudável. Em Angola, a questão da liberdade de imprensa tem sido debatida ao longo dos anos, com relatos de restrições à liberdade de expressão e perseguições a jornalistas críticos do governo.

Para Soares (2009, p.18), com a disseminação dos meios audiovisuais, na segunda metade do século XX, a questão das representações deixaria paulatinamente o domínio ligado a ideias e

doutrinas e começaria a envolver cada vez mais as representações visuais e encenações mediáticas. Estas representações e encenações estavam implícitas em imagens visuais e estruturas narrativas mediáticas ao qual se adicionaram o movimento, os sons, as cores e a difusão eletrónica.

O jornalismo digital em Angola enfrenta desafios éticos, incluindo a necessidade de manter um equilíbrio entre a divulgação de informações importantes e a segurança dos jornalistas. O acesso à informação é um desafio em algumas áreas de Angola, com falta de infraestrutura de comunicação em algumas regiões remotas. No entanto, a disseminação de telefones celulares e da internet tem permitido aumentar o acesso à informação.

Aqui, já se pode notar que o sistema mediático angolano enfrenta desafios significativos em termos de liberdade de imprensa e independência editorial, mas também demonstra sinais de mudança e crescimento, especialmente no ambiente digital. O equilíbrio entre o governo e a media independente é uma questão importante a ser acompanhada no desenvolvimento futuro da média em Angola. Por outro lado, o sistema mediático angolano desempenha um papel significativo no panorama dos meios de comunicação social em África.

Angola é um país vasto e diversificado e o seu sistema mediático reflete essa diversidade em muitos aspetos. Aqui estão alguns pontos-chave a considerar sobre o sistema mediático angolano no contexto dos meios de comunicação em África: diversidade de meios de comunicação, apesar de uma boa parte ser controlada pelo regime, Angola possui uma variedade de meios de comunicação, incluindo rádio, televisão, jornais, revistas e meios digitais. A rádio e a televisão são as principais fontes de informação para a maioria da população, dada a abrangência limitada da internet em algumas áreas do país.

A UNITA sempre defendeu uma maior abertura no jornalismo digital para desempenhar um papel importante na manutenção da paz e na promoção da democracia em Angola, assim como em muitos outros países. No entanto, reconhece que é importante que o impacto do jornalismo digital pode variar dependendo de vários fatores, incluindo a liberdade de imprensa, a qualidade do jornalismo e o acesso à internet. José Jorge Barreiros, no seu estudo sobre democracia, comunicação e media (2022, p. 142), sublinha que a emergência de uma “sociedade de informação e conhecimento”, via redes de telecomunicação digital, ocorre para dar afirmação da orientação económica e política neoliberal e do processo da globalização que inspira; associada à progressiva

dissolução dos pressupostos e das condições estruturais viabilizadoras do pacto político antecedente, substituído por um entendimento economicista do mercado, restritivo do papel do Estado, das noções de interesse comum, bem-estar e democracia.

De acordo com o relatório da *Human Rights Watch*, as plataformas digitais e jornalistas independentes ofereceram uma cobertura ampla e diversificada das campanhas eleitorais. Informações detalhadas sobre os candidatos, programas políticos e procedimentos eleitorais foram amplamente disseminadas, ajudando os eleitores a tomar decisões informadas.<sup>6</sup>

Segundo dados do estudo do Instituto Nacional de Estatística (INE), (2021, pp. 11-13), apenas um em cada cinco jovens angolanos tem acesso à internet. Ou seja, num país com cerca de 33,08 milhões de habitantes, apenas 17% tem acesso à internet.<sup>7</sup>

### **2.1.7 Sistema mediático angolano e pluralismo democrático**

A relação entre o sistema mediático angolano e a liberdade de imprensa, em termos de pluralismo democrático, é complexo e encontra-se em constante evolução. Angola, como muitos outros países africanos, enfrenta desafios no que diz respeito à garantia da liberdade de imprensa e ao fortalecimento do pluralismo democrático.

Nas últimas décadas, Angola passou por mudanças políticas significativas, incluindo a saída do ex-presidente José Eduardo dos Santos em 2017 e a eleição de João Lourenço como presidente. Essas mudanças abriram caminho para algumas reformas políticas, numa primeira fase, a os jornalistas angolanos sentiram alguma abertura com a governação de João Lourenço, mas passado dois anos, houve um retrocesso.

Desde que João Lourenço assumiu a presidência de Angola, em 2017, diversos relatórios de organizações internacionais documentaram um retrocesso significativo na liberdade de imprensa.

Segundo dados do relatório da *Global Voices Advox*, após um início promissor com expectativas de abertura política, o governo tomou medidas que restringem a liberdade de imprensa. Em 2021,

---

<sup>6</sup> Cfr <https://www.hrw.org/world-report/2023/country-chapters/angola>, consultado em 15.06.23.

<sup>7</sup>Cfr. [https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados//Carregados/Publicacao\\_637692021905300155.pdf](https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados//Carregados/Publicacao_637692021905300155.pdf), consultado em 14.10.23.

o governo suspendeu as atividades de várias emissoras de televisão privadas, incluindo a *TV Record África* e o grupo *ZAP*, alegando irregularidades operacionais. Essas suspensões foram amplamente vistas como uma tentativa de silenciar vozes críticas ao governo<sup>8</sup>

O cenário mediático em Angola tem testemunhado uma tentativa nos media independentes e online, que oferece uma plataforma para vozes críticas e diferentes perspectivas. Isso contribui para o pluralismo democrático, permitindo que mais vozes sejam ouvidas.

As leis dos media em Angola também desempenham um papel importante. A adoção de leis que promovam a liberdade de imprensa e o acesso à informação é essencial para fortalecer o pluralismo democrático.

Angola é um dos poucos países da África Austral sem estações de rádio comunitárias, o que limita o acesso da população a informações diversas e imparciais. As altas taxas de licenciamento são vistas como uma barreira intencional para impedir a operação de meios de comunicação independentes, de acordo com os dados da Repórteres Sem Fronteiras (RSF).<sup>9</sup>

Organizações da sociedade civil e grupos de media desempenham um papel fundamental na promoção da liberdade de imprensa. Eles podem monitorar a liberdade de imprensa, defender os jornalistas e promover a transparência.

O sistema mediático angolano e a liberdade de imprensa em termos de pluralismo democrático é um processo em andamento. Angola fez progressos, mas ainda enfrenta desafios significativos. O pluralismo democrático é fortalecido quando a mídia é distribuída, tem liberdade para operar e pode desempenhar um papel crítico na promoção da transparência, responsabilidade e debate público. Portanto, é fundamental que o governo e a sociedade civil trabalhem juntos para criar um ambiente favorável à liberdade de imprensa e ao pluralismo democrático em Angola.

---

<sup>8</sup> Cfr <https://advox.globalvoices.org/2022/02/01/in-an-election-year-press-freedom-declines-in-angola/> consultado no dia 15.06.24

<sup>9</sup> Cfr <https://rsf.org/pt-br/classement/2024/%C3%A1frica> consultado 15.06.24.

### **2.1.8 Evolução dos meios de informação desde a independência**

No período pós-independência, em 1975, Angola viveu um período de guerra civil que durou até 2002, e durante esse período a mídia esteve sob controle do MPLA. O fim da guerra civil em 2002 trouxe uma maior abertura política e econômica e levou ao surgimento de meios de comunicação privados, incluindo jornais, rádios e televisão. No entanto, a maioria deles continua a enfrentar desafios em relação à liberdade de imprensa e à independência editorial.

O jornalismo angolano atravessou diferentes circunstâncias para se manter como garantia daqueles que não têm voz e como bandeira da liberdade de expressão e de pensamento, mesmo durante o mono partidarismo, houve sempre jornalistas que souberam separar a caneta das ideologias. Com a existência no mono partidarismo, havia quatro órgãos de comunicação social (estatais) - RNA, TPA, Jornal de Angola (JA) e ANGOP.

Em 1991, com a Lei nº 22/91, de 15 de junho, Lei de Imprensa, vários profissionais seguiram outros caminhos, saindo majoritariamente da RNA e da ANGOP (exemplo Maria Luisa Fançony, Mateus Gonçalves e José Rodrigues) e fundaram a primeira rádio privada em Angola, a Luanda Antena Comercial (LAC), no entanto, com o suporte financeiro de gestores ligados ao MPLA.

O advento da internet e das redes sociais, nas últimas duas décadas, revolucionou a forma como as pessoas acessam informações em Angola, permitiu um espaço mais amplo para a expressão e o jornalismo independente. Plataformas de mídia social como Facebook e WhatsApp desempenham um papel significativo na divulgação de notícias e opiniões em Angola.

O jornalismo de desenvolvimento é praticado principalmente nos países em desenvolvimento ou desenvolvidos, de acordo com o jornalista Michael Kunczik (2002, p. 135). Segundo Nora Quebral (1975, p. 2), este tipo de jornalismo atua como mediador para tirar um país do estado de pobreza e levá-lo ao desenvolvimento. Compreende-se também que o jornalismo de desenvolvimento através da sua preeminência funcional desempenha um papel importante no desenvolvimento das nações desde que o mesmo seja devidamente exercido.

Por outro lado, a prática da atividade do jornalismo de desenvolvimento, ao meu ver, consiste em realizar um trabalho que visa objetivar o interesse público, ao contrário quando os profissionais dos media em Angola se dedicam à produção de informação que interessa aos governantes do

poder público ou pessoas isoladas do país. Assim sendo, em Angola, este jornalismo ainda não é uma realidade, embora o passado do surgimento do jornalismo angolano em 1845 possa levar-nos ao referido jornalismo mesmo com todas as dificuldades encontradas, é um jornalismo ainda em desenvolvimento.

Na sua Dissertação de Mestrado, Paulo José António (2017, p.56) realça que os media nacionais angolanos exerceram até aqui o seu papel mesmo no período do conflito em que a sensibilidade e o respeito pelas liberdades muitas vezes são colocados em causa, mas souberam preservar os princípios da ética e da deontologia da profissão.

Contudo, foi também durante esta fase da transição do jornalismo para a consolidação da profissão, que vários jornalistas pagaram com a vida ou respondem em diversos processos judiciais, enquanto outros sofrem ameaças dos inimigos da liberdade de imprensa. Tal como os profissionais, os jornais e rádios resistem às pressões (com rostos ocultos) cujos obstáculos se transformaram hoje em desafios à evolução e desenvolvimento do jornalismo nacional na sua missão de informar e formar, assim como na consolidação da democracia.

Ao contrário do que aconteceu no século XIX em Angola, no que toca ao jornalismo, ou seja, toda a prática do jornalismo como um todo, o século XX também foi importante para o crescimento deste estágio, visto que mais pessoas, principalmente, angolanos nativos e angolanos oriundos do cruzamento entre homens brancos com mulheres negras angolanas, dedicaram-se à produção desta atividade em busca da conquista da independência. Portanto, Carlos Ervedosa (1980, p.76) apelidou de mestiços ou mulatos os filhos nascidos deste cruzamento, em que o jornalismo praticado era de honestizar o público e formá-lo em busca das liberdades que não eram concebíveis aos angolanos retintos.

Ao longo dos anos, houve um crescimento dos media privados, com a criação de várias estações de rádio, canais de televisão e jornais. No entanto, muitos deles ainda enfrentam desafios de financiamento e de independência editorial, já que as leis que os regem podem ser restritivas.

O governo angolano promoveu reformas nos media públicas com a intenção de aumentar a transparência e a independência editorial. Isso inclui a transformação da agência de notícias estatal, a *ANGOP*, em uma empresa pública com mais “autonomia editorial”.

Segundo a tese do doutoramento de João Félix Pedro Candumba (Candumba 2021, p. 78), mesmo no limiar da data da independência em 1975, a situação do próprio país piorou antes da proclamação da independência, pois o desentendimento dos líderes dos três partidos fez com que a guerra tivesse espaço durante quase 30 anos. Este clima beligerante piorou a situação para o desempenho de um jornalismo cabível que deveria dar continuidade a obra inicial de Urbano de Castro e outros. Foi um período de uma censura cristalizada, perseguição, mortes como o caso dos nacionalistas ‘Nito’ Alves, ‘Barove’, José van Dúnem, Comandante Bula, Sita Valles e outros, assassinados em 1977, pela segurança de estado, alegando que o grupo estava a preparar um golpe de estado contra a figura de Agostinho Neto.

Assim sendo, a ausência de um jornalismo eficaz, mesmo que não responda ao modelo de jornalismo de desenvolvimento, mas que esteja na obrigação de um jornalismo responsável, conduziria, no nosso contexto, ao processo da democracia liberal e determinante, favorecendo assim as melhores condições de vida para a população angolana. Portanto, esta situação pode encontrar lugar confortável se compreendermos a dimensão do exercício do papel dos meios de comunicação, principalmente a partir da habilitação do jornalismo como fundamental para a compreensão responsável. Desta feita, José Jorge Barreiros, na obra Democracia, Comunicação e Media, afirma que:

**“A informação e comunicação pública assumem a feição de arena de gestão simbólica de dinâmicas económicas, culturais e políticas, matéria-prima de interesse público de primeira água, por ser vetor estruturante que faz girar todo o funcionamento de uma ordem social e das mediações sociais que instituem e reproduzem” (Barreiros, 2012, p.126).**

A entrega responsável dos jornalistas na produção de matérias que estejam mais próximas da realidade e que satisfaçam os anseios da população, com maior produção em termos de tempo de investigação, casos de corrupção, da falta de liberdade de imprensa, de libertar-se das obrigações dos líderes económicos, a abertura de novos meios de comunicação que não estejam ligados aos membros do governo, daria a garantia de um melhor jornalismo para a construção de uma esfera pública e um espaço público democrático em Angola

### **2.1.9 Obstáculos na consolidação democrática**

A ausência de liberdade de imprensa é uma questão séria que pode ter impactos significativos na diversidade, no pluralismo e nas declarações democráticas em Angola, assim como em qualquer outro país.

Uma imprensa livre desempenha um papel crucial na divulgação de informações diversas e na apresentação de múltiplas interpretações dos eventos. Isso permite que os cidadãos tenham acesso a uma gama mais ampla de informações e ajuda a evitar a manipulação ou a censura.

A liberdade de imprensa é um pilar essencial da democracia, uma vez que permite que os cidadãos sejam bem informados e tomem decisões informadas. Sem uma imprensa livre, a capacidade dos cidadãos de participar efetivamente no processo democrático pode ser prejudicada.

Angola enfrenta desafios relacionados com a liberdade de imprensa quer no passado como nos dias atuais, incluindo censura, intimidação de jornalistas e restrições à liberdade de expressão. Esses desafios podem afetar a capacidade do país de construir uma democracia saudável e garantir uma representação adequada de diferentes perspectivas na sociedade.

Realçamos na Revisão Literária, que a liberdade de imprensa não é um conceito absoluto e deve ser equilibrada com outros valores, como a segurança nacional e a proteção da dignidade das pessoas. No entanto, numa sociedade democrática, a liberdade de imprensa desempenha um papel fundamental na promoção da diversidade, no pluralismo e nas relações democráticas. Portanto, é importante que os governos e as instituições respeitem e protejam a liberdade de imprensa como um direito fundamental dos cidadãos, em Angola esse conceito ainda é uma utopia.

De acordo com a Constituição da República de Angola, o regime é uma democracia, conforme os artigos 1º 2º e 3º. Apesar deste contrato constitucional, a imprensa controlada pelo Estado parece não desempenhar o papel para o qual é chamada numa democracia liberal, por isso cai em contradição, inviabilizando o aprofundamento do processo de democratização

Na sua dissertação, Domingos José João da Cruz, (2020, p.56), sublinha que hoje a democracia, mais do que governo da maioria, conforme as narrativas teóricas tradicionais até a modernidade, é o governo da vontade geral onde as minorias têm espaços para se fazerem representar, ouvir e

influenciar. Se todos são dotados de direitos, particularmente a liberdade, uma pedra angular da democracia liberal que assenta nos interesses de cada indivíduo.

A alternância é uma das formas de expressão de maturidade política de um sistema democrático e da cultura política de um povo. Este princípio também está em interconexão com o direito à igualdade que os indivíduos gozam na democracia liberal. Se realmente os cidadãos são iguais, a alternância contribui para que esta igualdade se manifeste, de acordo com Norberto Bobbio (2006, pp. 29-52).

## **2.10 Legislação e as dificuldades nos projetos jornalísticos digitais**

A relação entre a legislação existente e as dificuldades no desenvolvimento de projetos jornalísticos privados, nomeadamente digitais em Angola, envolve analisar como as leis e disposições relativas à Liberdade de Imprensa, ao acesso à informação e ao ambiente de negócios para o jornalismo digital no país. Abaixo, examine alguns dos principais pontos de conexão.

Em Angola, a Lei de Imprensa (Lei n.º 1/17) é uma legislação que rege as atividades dos media, contém disposições que podem ser usadas para restringir a liberdade de imprensa, incluindo multas e preconceitos para "notícias falsas" e difamação. Essas disposições criam um ambiente de autocensura entre jornalistas e editores digitais, com recebimento de represálias legais.

A Lei sobre a Comunicação Eletrónica (Lei n.º 8/14) estabelece o regulamento das atividades de comunicação eletrónica em Angola. Ela pode ser usada para controlar e censurar conteúdo digital, o que afeta a liberdade de expressão online.

### 3. JORNALISMO

#### 3.1 Jornalismo-participativo

Em Angola, o jornalismo participativo assume uma relevância especial devido ao contexto específico do país. Aqui, o conceito está ligado à ideia de dar voz aos cidadãos comuns, permitindo que expressem suas perspectivas, preocupações e experiências muitas vezes ausentes da cobertura tradicional dos meios de comunicação.

Para Jennifer Y. Abbott, (2017, p.56), o jornalismo público (também designado por jornalismo cívico) refere-se a um tipo de reportagem noticiosa que ajuda os cidadãos a identificar coletivamente, envolver-se e melhorar questões públicas importantes.

Este conceito de jornalismo público é essencial para fortalecer a democracia, pois promove uma cidadania ativa e informada. Ao incentivar a participação dos cidadãos nas questões públicas, o jornalismo cívico não apenas informa, mas também engaja a comunidade na busca por soluções coletivas para os problemas sociais.

De acordo com a Laura Ahva (2013, p.17), o jornalismo público é, portanto, um conjunto normativo, mas experimental de ideais e práticas jornalísticas, que enfatizam a importância do envolvimento dos no processo jornalístico e na discussão pública.

O jornalismo participativo em Angola envolve a participação ativa das comunidades locais na criação e disseminação de notícias. Isso pode ser alcançado através de reuniões comunitárias, onde os residentes compartilham informações sobre eventos locais, desafios e conquistas, principalmente nesta era em que os cidadãos estão mais ligados as notícias vindas das redes sociais.

**“A medida que a Internet e os novos meios de comunicação social desafiavam uma indústria noticiosa já em dificuldades, as organizações noticiosas começaram a experimentar formas tecnológicas de salvar os seus negócios, incluindo o envolvimento dos membros da audiência no seu trabalho. Os investigadores mudaram a sua atenção em conformidade” (Abbott, 2017, p. 59)**

Trata-se de uma mudança de atitude que Zvi Reich (2011, p.102), começa por situar como um “ideal deliberativo” capaz de fomentar o envolvimento dos cidadãos na discussão das questões públicas, tendo em vista responder tanto às expectativas dessas “vozes não jornalísticas” como à

exploração das “novas oportunidades” resultantes da inovação tecnológica, e o potencial deliberativo dos comentários dos cidadãos em fóruns jornalísticos.

Adelino Cunha (2022, p.9) sublinha que, é mais fácil entender que o jornalismo tradicional que manifesta profundas dificuldades para se adaptar à vertigem da digitalização do que depois dar sentido ao ruído digital através de novos modelos de inteligibilidade informativa. Insistir nesse ângulo-morto acaba por se reduzir a um simples esforço de deslegitimação dos jornalistas

A colocação do problema nestes termos, ainda de acordo com o autor, não representa nenhuma reserva quando à necessidade de repensar os termos do ‘gatekeeping’, mas sim a necessidade desse debate incluir o impacto nos fundamentos do próprio jornalismo profissional e nos seus compromissos com a democracia.

O jornalismo participativo em Angola pode destacar questões locais e culturais específicas, proporcionando uma compreensão mais profunda dos desafios enfrentados pelas comunidades. Isso pode incluir reportagens sobre questões como desenvolvimento local, educação, saúde e tradições culturais.

**“A blogosfera oferece aos cidadãos uma ampla gama de possibilidades na web, permitindo a rápida partilha de ideias, divulgação de informações, participação no espaço público e entretenimento. Com baixa exigência de conhecimento técnico ou custos, os blogs se destacam como uma plataforma acessível para novas vozes expressarem opiniões sobre diversos temas, facilitando a interação entre os usuários por meio de comentários” (Rodrigues, 2013, p. 40).**

A colaboração entre jornalistas profissionais e cidadãos pode ser uma forma eficaz de integrar perspectivas locais nas notícias convencionais, o que pode resultar numa cobertura mais completa e representativa.

Para Abbot (2017, p.5) os jornalistas servem o interesse público, informando os cidadãos de forma objetiva, autónoma e ética sobre assuntos públicos importantes e representando o povo como uma espécie de cão de guarda.

É importante adaptar o conceito de jornalismo participativo à realidade angolana, levando em consideração a diversidade cultural, desafios socioeconômicos e a importância de representar as

vozes da população em diferentes estratos sociais. O jornalismo participativo em Angola pode desempenhar um papel crucial na construção de uma sociedade informada e engajada.

Dan Gillmor, no livro *We the Media* (2004, p.49), destaca a transição do consumidor de notícias passivo para o produtor ativo de conteúdos. O mesmo enfatiza a importância de uma comunicação bidirecional entre jornalistas e cidadãos, destacando o potencial do jornalismo participativo para corrigir erros, aumentar a diversidade de vozes e fortalecer a democracia.

No âmbito do jornalismo participativo (Gillmor, 2004, p.50), examina como a ascensão da tecnologia digital e da internet capacitou os cidadãos a participarem ativamente na produção e disseminação de notícias, desafiando os modelos tradicionais de jornalismo. Ele explora como indivíduos comuns se tornaram fontes de informação e como o jornalismo participativo está a transformar a paisagem mediática e aumenta a diversidade de vozes e perspectivas.

Jay Rosen (2008, p.75), argumenta que a participação ativa dos cidadãos na produção de notícias é essencial para a democracia e vê o jornalismo participativo como uma forma de envolver o público no processo de reportagem, tornando os media mais adequados às necessidades da sociedade.

Henry Jenkins, um estudioso de media, aborda o conceito de "cultura participativa" no seu livro *Cultura da Convergência: Quando os Meios de Comunicação se Tornam Cultura* (2006, pp. 18-24). Nesta obra, Jenkins explora como os avanços tecnológicos estão a transformar a relação entre produtores dos media e consumidores, permitindo que estes últimos participem ativamente na criação e disseminação de conteúdo. Destaca que os consumidores não são mais meros recetores passivos, mas sim participantes ativos na produção de narrativas e na formação da cultura mediática.

O autor analisa exemplos específicos da cultura participativa, como fãs que criam conteúdos baseados em obras populares e como isso influencia a própria obra e a comunidade em torno dela. Por outro lado, explora as implicações sociais e culturais da cultura participativa, destacando a democratização do acesso à produção dos media e os desafios associados a essa transformação, (2006, pp. 257-264).

A ideia da cultura participativa de Henry Jenkins pode ser aplicada à realidade angolana, em que a tecnologia digital tem desempenhado um papel crescente na forma como as pessoas consomem e produzem os media. Em Angola, como em muitos outros lugares do mundo, tem havido um aumento significativo na participação ativa das pessoas na criação e partilha de conteúdos através de plataformas online, redes sociais e blogs.

Neste contexto, a cultura participativa pode ser vista como uma oportunidade para os angolanos se envolverem mais diretamente na criação de narrativas e na discussão de questões relevantes para a sociedade. Isso pode ser especialmente importante em um contexto, ao qual os meios de comunicação tradicionais podem enfrentar desafios em termos de pluralismo, liberdade de expressão e acesso à informação.

No entanto, é fundamental reconhecer que, para que a cultura participativa seja verdadeiramente inclusiva e eficaz em Angola, é necessário garantir que todos tenham acesso igual às ferramentas e recursos necessários para participar ativamente na produção e disseminação de conteúdo. Isso significa investir em infraestrutura de tecnologia da informação, educação digital e alfabetização mediática.

Yochai Benkler (2007), explora a dinâmica da produção colaborativa de informações na era da internet. O mesmo destaca como a colaboração entre cidadãos pode criar uma fonte diversificada de notícias e informações, desafiando o monopólio tradicional da produção de notícias e potencialmente fortalecendo a qualidade da democracia

Laura Ahv realça ainda que, o que leva muitas pessoas a envolverem-se com os meios de comunicação social é a oportunidade de se tornarem parte do processo jornalístico. Se a dimensão política discutida acima é um clássico da ciência política, esta é clássica na investigação em jornalismo. Para ela, os vários papéis dos "intermediários" tornam-se explícitos. Algumas pessoas são semelhantes aos jornalistas na medida em que acam em estreita colaboração com eles na edição e aperfeiçoamento dos textos.

**“É importante que existam diferentes papéis com diferentes níveis de esforço disponíveis, pelo simples facto de que, se a participação se tornar demasiado stressante para os cidadãos, é provável que se tornar demasiado stressante para os cidadãos, é provável que termine. Os cidadãos devem ser capazes de assumir apenas a quantidade de stress que conseguem suportar” (Ahva, 2013, p. 937).**

No seu estudo, José Sanders, com referência a dois autores, argumenta que o conceito de "jornalismo participativo" foi antecipado como uma modalidade em que o público não apenas consome notícias, mas também, graças às tecnologias digitais, participa ativamente na sua produção e disseminação. Os espaços noticiosos participativos são vistos como locais de "fronteira", nos quais os paradigmas do jornalismo tradicional são desafiados (Lewis, 2012; Robinson, 2010; Wahl-Jorgensen, 2015). Ou seja, a emergência da audiência como produtora de notícias leva o jornalismo a repensar a sua identidade profissional, o seu papel na sociedade e os princípios essenciais como a objetividade e a diversidade, ligadas à qualidade jornalística.

Rosen (2008, p.78) destaca que não foi necessário esperar muito tempo até que fosse declarada a tomada de poder dos cidadãos, mas esse processo de passagem da audiência para o jornalismo acabou por esmorecer nas suas próprias contradições. Pensou-se que essas formas do cidadão falar diretamente para os cidadãos iriam revolucionar a comunicação e secundarizar os jornalistas, mas o fenómeno do jornalismo cidadão (em grande medida decorrente dessa dinâmica inicial do jornalismo público) condenou os cidadãos enquanto potenciais produtores ao papel de eventuais fontes ou representantes de assuntos locais ou pessoais (sem tão pouco cumprir a herança do jornalismo público).

### **3.2 Interatividade**

A interatividade no jornalismo refere-se à capacidade de os leitores, espectadores ou ouvintes participarem ativamente da experiência jornalística. Isso pode acontecer de várias maneiras, os leitores podem deixar comentários em artigos, vídeos ou posts nas plataformas online dos veículos de comunicação. Os usuários podem compartilhar, curtir, comentar e interagir com o conteúdo jornalístico por meio de redes sociais como Facebook, Twitter, Instagram, etc.

Entretanto, os veículos de comunicação podem solicitar a opinião dos leitores por meio de enquetes e pesquisas, permitindo-lhes participar ativamente da narrativa. Sublinhamos aqui que, os jornalistas podem incorporar conteúdo gerado pelo usuário, como fotos, vídeos ou relatos nas suas reportagens.

Jay Rosen, no seu livro *What Are Journalists For?* (1999, p.78), argumenta que a interatividade no jornalismo não apenas permite envolver o público através do comentário ou da partilha de

conteúdos, mas também significa envolver os leitores no processo jornalístico, colaborando com eles na criação e distribuição de notícias.

Já Henry Jenkins, no livro *Convergence Culture: Where Old and New Media Collide* (2006, p.35), discute como a convergência mediática está a mudar a cultura e a produção de conteúdo. Define convergência como a interação entre as indústrias dos media, tecnologias, culturas e audiências. O mesmo sublinha que a convergência não se limita à tecnologia, mas também envolve mudanças na produção, distribuição e consumo de conteúdo.

Por seu lado, Regina G. Lawrence (2017, p.3) faz uma análise crítica das transformações na indústria jornalística e seu impacto na prática jornalística e na qualidade do jornalismo. A autora sublinha que com a proliferação de canais de informação e redes sociais, a audiência jornalística está cada vez mais fragmentada. Isso significa que os jornalistas enfrentam o desafio de atender a uma variedade de interesses e perspetivas, ao mesmo tempo em que tentam manter a integridade e a relevância de seu conteúdo.

A mesma destaca ainda a questão das mudanças na indústria jornalística são impulsionadas por pressões económicas, incluindo a diminuição das receitas publicitárias, o declínio nas assinaturas impressas e a necessidade de encontrar modelos de negócios sustentáveis no ambiente digital. Essas pressões muitas vezes resultam em cortes de pessoal, redução da cobertura jornalística e comprometimento da qualidade do jornalismo.

Natalia Raimondo Anselmino (2012, p.159) defende na obra, *La prensa online y su público. Un estudio de los espacios de intervención y participación del lector en Clarín y La Nación*, que dentro dessas novas ferramentas de participação estão os espaços de participação do leitor, entendidos como aquelas instâncias de um jornal online onde a atividade do leitor se materializa e onde estes podem se manifestar discursivamente produzindo enunciados, como por exemplo acontece em cartas de leitores, blogues, fóruns e comentários sobre a notícia.

Alejandro Rost (2006, p.165), defende, no seu doutoramento, que uma cultura globalizada se tornou localizada e enraizada nas práticas quotidianas dos homens e das mulheres. Por um lado, a rede acelerou a transformação progressiva das referências espaço-temporais que ao longo da história funcionaram como quadros cognitivos orientadores dos comportamentos individuais.

(2006, p.165), destaca que a interatividade nos jornais digitais oferece ao leitor alternativas de seleção e comunicação. Isso significa que os leitores têm a capacidade de escolher o conteúdo que desejam consumir e de se comunicar de várias maneiras dentro do ambiente do jornal digital.

#### 4. Análise de conteúdos

Tendo em consideração que os objetivos da investigação é descrever a evolução dos meios de informação públicos e privados de Angola, desde a sua independência, estabelecer uma relação entre a legislação existente e as dificuldades no desenvolvimento de projetos jornalísticos privados, nomeadamente digitais, avaliar como é que as ferramentas digitais podem contribuir para o jornalismo cumprir a sua missão e, por esta via, contribuir para a democracia e a paz em Angola

Os sites selecionados para análise são o *Maka Angola*, o *Novo Jornal* e o *Jornal de Angola*. Todos eles desempenham papéis significativos no panorama mediático angolano.

O *Maka Angola* é amplamente reconhecido pela sua abordagem imparcial e pela qualidade do seu conteúdo. É considerado um dos sites mais respeitados do país devido à sua capacidade de investigação e à sua voz crítica em relação a questões políticas, sociais e económicas. Além disso, diferencia-se pela sua cobertura de temas que, muitas vezes, não são abordados pelos outros meios de comunicação.

O site de notícias foi fundado pelo jornalista e ativista Rafael Marques em 2011. Segundo o fundador, o site surgiu para dar voz ao povo angolano e defender a democracia em Angola.

O site é dirigido pelo próprio jornalista, a sua fonte de informação e as denúncias vêm do cidadão e de algumas fontes governamentais, Rafael Marques é praticamente dos poucos jornalistas angolanos que faz jornalismo investigativo.

O *Novo Jornal* (online) destaca-se pela sua persistência e imparcialidade na cobertura dos acontecimentos. Num ambiente onde a independência jornalística muitas vezes enfrenta desafios, o *Novo Jornal* continua a ser um dos poucos veículos que se mantém fiel ao seu compromisso com o jornalismo socioeconómico. A sua presença é valorizada pelos leitores em busca de uma fonte confiável de informação.

Foi fundado em 2008, numa altura que começaram a surgir alguns órgãos privados. Pertence ao grupo Nova Vaga, detentor de dois jornais em Angola. Anteriormente contava com cinco jornais que encerraram em 2016 devido à crise financeira que país enfrentava.

O *Novo Jornal* online tem um coordenador, o jornalista Ricardo Bordalo, e conta com quatro jornalistas na redação. Boa parte das fontes tem origem nas instituições governamentais e conta a voz do cidadão que tem servido de fontes principalmente nos casos mais sociais.

Por sua vez, o *Jornal de Angola* (online) desempenha um papel importante como órgão de comunicação pública. Com uma longa história, desde 1975, período pós-colonial, é uma fonte essencial de informação sobre as perspectivas oficiais do governo angolano e dos acontecimentos nacionais e internacionais. Apesar de representar uma visão mais institucional, o *Jornal de Angola* continua a ser uma referência para muitos angolanos.

Aqui podemos notar uma certa diferença no que toca às fontes como este órgão dá tratamento em algumas notícias. A maior parte são fontes governamentais, tem apenas um espaço que a carta do cidadão, onde o cidadão narra a situação do seu bairro.

O *Jornal de Angola* (online) tem um diretor, o jornalista Geraldo Quiala, e a seguir tem diretor adjunto Xavier António e uma redação composta por sete jornalistas.

Assim, ao analisar esses três sites, podemos obter uma compreensão mais abrangente das diferentes abordagens e perspectivas no jornalismo angolano, refletindo a diversidade de opiniões e vozes dentro do país, tendo em consideração as funcionalidades disponibilizadas aos leitores.

#### **4.1 Os mecanismos de interatividade**

O *Jornal de Angola*, como um dos principais órgãos de comunicação social, emprega alguns mecanismos de interatividade para promover a participação do público e o engajamento dos leitores. O jornal tem disponibilizado uma secção de comentários online em seu website, onde os leitores podem expressar opiniões e comentários sobre os artigos e notícias publicadas, a plataforma permite o diálogo entre os leitores e os jornalistas e entre os próprios leitores, criando uma comunidade virtual em torno das notícias. Mas reparamos que não há interação entre leitores e jornalistas.

O *Jornal de Angola* tem uma forte presença nas redes sociais, como Facebook, Twitter, Instagram. Através destas plataformas, os leitores podem interagir com o jornal, partilhar notícias, comentar e discutir tópicos de interesse. Também reserva um espaço para a publicação de cartas dos leitores

que já existe desde nos 1980, onde os leitores podem expressar opiniões, experiências e preocupações. Esta secção permite que os leitores compartilhem vozes e perspetivas com um público mais amplo, promovendo assim a diversidade opiniões.

*O Novo jornal* pertence ao grupo Nova Vaga, tem uma forte presença nas redes sociais, como Facebook, Twitter, Instagram que permitem ao jornal interagir diretamente com os leitores, compartilhar notícias e ter ‘feedback’ em tempo real.

O jornal consegue hospedar fóruns de discussão nas suas redes, em que os leitores podem debater questões atuais, fazer perguntas aos jornalistas e interagir com outros leitores, mas apenas se encontram comentários dos leitores sem interatividade da parte dos jornalistas. As cartas dos leitores são mais para edições tiradas em papel. O jornal é um semanário e reserva espaço para a publicação de cartas dos leitores, oferecendo uma plataforma para que os leitores expressem opiniões, façam perguntas e forneçam ‘feedback’ sobre uma variedade de questões.

O site *Maka Angola* é um veículo de comunicação conhecido pelo seu jornalismo de investigação pela cobertura de assuntos relacionados com a política, economia e sociedade em Angola, emprega uma série de mecanismos de interatividade para promover o engajamento de leitores.

Uma secção de comentários, em cada artigo ou notícia publicada no site, permite que os leitores expressem suas opiniões, façam perguntas e ofereçam ‘feedback’.

Também tem uma forte presença nas redes sociais como Facebook, Twitter, Instagram e permite ao jornal compartilhar notícias, vídeos e outros conteúdos, além de interagir diretamente com os seguidores. Disponibiliza formulários de contato ou endereços de e-mail para os leitores entrarem em contato direto com a equipa editorial para enviar dúvidas, sugestões ou denúncias, realização de pesquisas, realizações de sondagens sobre o atual governo dirigido por João Lourenço. Oferece opção de assinatura de ‘newsletter’ para que os leitores recebam atualizações regulares e conteúdos exclusivos do site. Integra botões de compartilhamento social para que os leitores possam compartilhar facilmente artigos e conteúdos nas suas próprias redes sociais.

## QUADRO 4

### INTERACTIVIDADE

|                       | <i>Maka Angola</i>                                 | <i>Novo Jornal</i>                       | <i>Jornal de Angola</i>                         |
|-----------------------|--|--|---|
| <b>Partilhar</b>      | Boletim do cidadão onde o cidadão pode participar. | Partilha diretamente do site.            | Partilha diretamente do site.                   |
| <b>Comentar</b>       | Pode se comentar diretamente no site               | Comentários apenas nas redes sociais.    | Comentários só nas redes sociais e              |
| <b>Interatividade</b> | Interatividade, no site e redes sociais.           | Interatividade apenas nas redes sociais. | interatividade só nas redes sociais comentários |

#### 4.2 Notícias e interação com os leitores

As notícias mais destacadas nos três sites são aquelas com maior número de partilhas e interações online e criaram debates entre os leitores. Sublinhamos ainda que os avanços tecnológicos e a disseminação da Internet transformaram profundamente os meios de comunicação, afetando não só as organizações de media, mas também os profissionais, o público e os padrões de comunicação interpessoal. Além das mudanças óbvias na produção, distribuição e consumo de conteúdo, a convergência digital trouxe uma série de transformações significativas no cenário mediático (Deuze & Prenger, 2019, pp. 15-16).

Selecionamos os números de notícias publicadas nos primeiros três meses de 2024 de cada site para melhor análise.

Em janeiro, o *Jornal de Angola* teve 209 notícias publicadas, nas quais foram selecionadas três notícias que tiveram maior número de partilhas e comentários.

Já em fevereiro, o *Jornal de Angola* teve 316 notícias, tal como em janeiro selecionamos três que tiveram maior número de comentários e partilhas.

Em março, o *Jornal de Angola* teve 411 notícias publicadas, selecionamos três com maior número de partilhas e comentários, conforme ilustrada na tabela abaixo.

Em janeiro, o *Maka Angola* teve apenas cinco notícias, mas escolhemos três que tiveram mais comentários e partilhas.

Em fevereiro, o número de publicação de notícias do *Maka Angola* foi de cinco notícias.

Já em março, o *Maka Angola* teve apenas duas notícias.

É relevante salientar que o *Maka Angola* apresenta um número reduzido de notícias devido à sua natureza predominantemente investigativa o que leva tempo para pesquisa e apuramento de factos. Atualmente, o site conta apenas com um jornalista a trabalhar, o que limita a capacidade de produção de conteúdos em comparação com outras organizações de media que possuem equipas mais numerosas. Esta abordagem focada em investigações aprofundadas contribui para a qualidade e credibilidade do jornalismo realizado pelo *Maka Angola*, assegurando um elevado padrão de precisão e relevância nas suas reportagens. Apesar do menor volume de notícias, o impacto das investigações do *Maka Angola* é significativo e gera repercussões a nível nacional e internacional, ao expor casos de corrupção, violações dos direitos humanos e outras questões de interesse público em Angola.

Em janeiro, o *Novo Jornal* publicou um total de 205 notícias, um número significativo que reflete a abrangência e diversidade de temas abordados. Fevereiro registou um total de 178 notícias publicadas, indicando uma certa variação no ritmo editorial, talvez influenciado por diferentes eventos ou prioridades jornalísticas.

Em março, o *Novo Jornal* continua a trajetória editorial ativa, publicando 193 notícias. Esse número confirma a constância do site em manter os leitores informados sobre os acontecimentos mais relevantes, bem como sobre questões de interesse público que merecem destaque.

É interessante notar que, apesar de ser um semanário, o *Novo Jornal* mantém uma presença dinâmica online, alimentando o seu site com uma variedade de notícias e artigos de opinião

diariamente. Essa estratégia demonstra um compromisso com a atualidade e a relevância dos temas, acompanhando de perto os acontecimentos que moldam a sociedade angolana e além.

Por outro lado, o Jornal de Angola, sendo um diário, também se destaca pela sua presença online, fornecendo aos leitores notícias que não estão necessariamente publicadas na versão impressa. Isso mostra uma adaptação ao meio digital, permitindo uma cobertura mais abrangente e imediata dos eventos, atendendo assim à procura de uma audiência cada vez mais conectada e ávida por informação em tempo real.

## QUADRO 5

### NOTICIAS DOS SITES

#### JANEIRO

| <i>Jornal de Angola</i>   |                                       |   |
|---|---------------------------------------|---|
| Juventude da África austral quer João Lourenço na UA<br>Link:<br><a href="https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/juventude-da-africa-austral-quer-joao-lourenco-na-ua/">https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/juventude-da-africa-austral-quer-joao-lourenco-na-ua/</a>  | Número de partilhas<br><br>1 partilha | Número de comentários<br><br>33 comentários |
| Presidente João Lourenço defende cultura de paz em África e diplomacia preventiva<br>Link:<br><a href="https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/presidente-joao-lourenco-defende-cultura-de-paz-em-africa-e-diplomacia-preventiva/">https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/presidente-joao-lourenco-defende-cultura-de-paz-em-africa-e-diplomacia-preventiva/</a> | Não teve partilha                     | 15 comentários                              |
| Tribunal de contas preocupado com falta de cooperação de entidades fiscalizadas<br>Link:<br><a href="https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/tribunal-de-contas-preocupado-com-falta-de-cooperacao-de-entidades-fiscalizadas/">https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/tribunal-de-contas-preocupado-com-falta-de-cooperacao-de-entidades-fiscalizadas/</a>       | 5 partilhas                           | 21 comentários                              |

**FEVEREIRO**

| <i>Jornal de Angola</i>  |   |  |
|--|---|--|
| <p><u>Cidadão expulso de Moçambique detido pelo SIC acusado de crimes</u></p> <p><u>Link:</u><br/> <a href="https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/cidadao-expulso-de-mocambique-detido-pelo-sic-acusado-de-crimes/">https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/cidadao-expulso-de-mocambique-detido-pelo-sic-acusado-de-crimes/</a></p>                 | <p align="center"><u>Número de partilhas</u></p> <p align="center"><u>2 partilhas</u></p> | <p align="center"><u>Número de comentários</u></p> <p align="center"><u>20 comentários</u></p> |
| <p><u>Carrinho vai diversificar a produção com apoio de mais de 150 produtores</u></p> <p><a href="https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/carrinho-vai-diversificar-a-producao-com-apoio-de-mais-de-150-produtores/">https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/carrinho-vai-diversificar-a-producao-com-apoio-de-mais-de-150-produtores/</a></p>        | <p align="center"><u>12 partilhas</u></p>   | <p align="center"><u>45 comentários</u></p>  |
| <p><u>SGA e CHANGI Airports International assinam acordo de parceria técnica</u></p> <p><u>Link:</u> <a href="https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/sga-e-changi-airports-international-assinam-acordo-de-parceria-tecnica/">https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/sga-e-changi-airports-international-assinam-acordo-de-parceria-tecnica/</a></p> | <p align="center"><u>9 partilhas</u></p>  | <p align="center"><u>24 comentários</u></p>  |

## MARÇO

| <i>Jornal de Angola</i>   |                 |                |
|---|-----------------|----------------|
| <p>Presidente da República pede contributo de todos para o desenvolvimento do país</p> <p>Link: <a href="https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/presidente-da-republica-pede-contributo-de-todos-para-o-desenvolvimento-do-pais/">https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/presidente-da-republica-pede-contributo-de-todos-para-o-desenvolvimento-do-pais/</a></p> | 3 partilhas     | 7 comentários  |
| <p>Filho mata próprio pai à paulada em Cacuaco</p> <p>Link: <a href="https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/filho-mata-proprio-pai-a-paulada-em-cacuaco/">https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/filho-mata-proprio-pai-a-paulada-em-cacuaco/</a></p>   | Cinco partilhas | 22 comentários |
| <p>XI JINPING aceita convite do homólogo João Lourenço para visitar angola</p> <p>Link: <a href="https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/xi-jinping-aceita-convite-do-homologo-joao-lourenco-para-visitar-angola/">https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/xi-jinping-aceita-convite-do-homologo-joao-lourenco-para-visitar-angola/</a></p>                         | Duas partilhas  | 6 comentários  |

## JANEIRO

| <i>Novo Jornal</i>  |                |                   |
|---|----------------|-------------------|
| <p>Passes: Três meses depois do lançamento, alunos continuam a pagar nos autocarros</p> <p>Link: <a href="https://novojornal.co.ao/sociedade/interior/passes-tres-meses-depois-do-lancamento-alunos-continuam-a-pagar-nos-autocarros-116677.html">https://novojornal.co.ao/sociedade/interior/passes-tres-meses-depois-do-lancamento-alunos-continuam-a-pagar-nos-autocarros-116677.html</a></p>                                      | 4<br>partilhas | 12<br>comentários |
| <p>Isabel dos Santos não responde à justiça angolana, julgamento pode começar em março</p> <p>Link: <a href="https://www.jornaldenegocios.pt/economia/mundo/africa/angola/detalhe/isabel-dos-santos-nao-responde-a-justica-angolana-julgamento-pode-comecar-em-marco">https://www.jornaldenegocios.pt/economia/mundo/africa/angola/detalhe/isabel-dos-santos-nao-responde-a-justica-angolana-julgamento-pode-comecar-em-marco</a></p> | 3<br>partilhas | 6<br>comentários  |

**FEVEREIRO**

| <i>Novo Jornal</i>  |               |                |
|---|---------------|----------------|
| <p>Diamantes: Vendas da Lucapa tombam no final de 2023 com menos procura e descida dos preços</p> <p>Link:<br/> <a href="https://www.novojornal.co.ao/economia/interior/diamantes-vendas-da-lucapa-tombam-no-final-de-2023-com-menos-procura-e-descida-dos-precos-116723.html">https://www.novojornal.co.ao/economia/interior/diamantes-vendas-da-lucapa-tombam-no-final-de-2023-com-menos-procura-e-descida-dos-precos-116723.html</a></p>   | Sem partilhas | 3 comentários  |
| <p>99 votos do MPLA e dois do PRS/FNLA - UNITA protesta, pois dos seus 88 votos contra, só contabilizaram 79</p> <p><a href="https://www.novojornal.co.ao/politica/interior/polemica-na-assembleia-proposta-de-lei-da-divisao-politico-administrativa-passa-com-99-votos-do-mpla-e-dois-do-prsfnla---unita-protesta-pois-dos-seus-88-votos-contra-so-contabilizaram-79-117158.html">https://www.novojornal.co.ao/politica/interior/polemica-na-assembleia-proposta-de-lei-da-divisao-politico-administrativa-passa-com-99-votos-do-mpla-e-dois-do-prsfnla---unita-protesta-pois-dos-seus-88-votos-contra-so-contabilizaram-79-117158.html</a></p> | Sem partilhas | 11 comentários |
| <p>Polémica na Assembleia: Proposta de Lei da Divisão Político-Administrativa passa com</p> <p>Link:<br/> <a href="https://www.novojornal.co.ao/politica/interior/polemica-na-assembleia-proposta-de-lei-da-divisao-politico-administrativa-passa-com-99-votos-do-mpla-e-dois-do-prsfnla---unita-protesta-pois-dos-seus-88-votos-contra-so-contabilizaram-79-117158.html">https://www.novojornal.co.ao/politica/interior/polemica-na-assembleia-proposta-de-lei-da-divisao-politico-administrativa-passa-com-99-votos-do-mpla-e-dois-do-prsfnla---unita-protesta-pois-dos-seus-88-votos-contra-so-contabilizaram-79-117158.html</a></p>           | 7 partilhas   | 22 comentários |

MARÇO

| <i>Novo Jornal</i>   |                              |                                |
|--|------------------------------|--------------------------------|
| <p>Sindicatos confirmam paralisação da função pública na quarta-feira - governo não voltou a chamar as centrais para tentar impedir greve de três dias</p> <p>Link: <a href="https://novojornal.co.ao/sociedade/interior/sindicatos-confirmam-paralisacao-da-funcao-publica-na-quarta-feira---governo-nao-voltou-a-chamar-as-centrais-para-tentar-impedir-greve-de-tres-dias-117431.html">https://novojornal.co.ao/sociedade/interior/sindicatos-confirmam-paralisacao-da-funcao-publica-na-quarta-feira---governo-nao-voltou-a-chamar-as-centrais-para-tentar-impedir-greve-de-tres-dias-117431.html</a></p>  | <p>9<br/>partilh<br/>as</p>  | <p>12<br/>comentári<br/>os</p> |
| <p>Diamantes: Lulo volta a surpreender e liberta da terra mais uma "pedra" de enormes dimensões</p> <p><a href="https://www.novojornal.co.ao/economia/interior/diamantes-lulo-volta-a-surpreender-e-liberta-da-terra-mais-uma-pedra-de-enormes-dimensoes-117508.html?fbclid=IwAR1G5idg7uPvotbL2MNkY-wQA765fHagkNaQuLtLMrE5w6epDQkZeX2cJbl">https://www.novojornal.co.ao/economia/interior/diamantes-lulo-volta-a-surpreender-e-liberta-da-terra-mais-uma-pedra-de-enormes-dimensoes-117508.html?fbclid=IwAR1G5idg7uPvotbL2MNkY-wQA765fHagkNaQuLtLMrE5w6epDQkZeX2cJbl</a></p>   | <p>37<br/>partilh<br/>as</p> | <p>60<br/>comentári<br/>os</p> |
| <p>Ministra da Saúde acusada de mandar atrasar salários de março para aplicar descontos a todos os funcionários da saúde que aderiram à greve</p> <p><a href="https://novojornal.co.ao/politica/interior/ministra-da-saude-acusada-de-mandar-atrasar-salario-de-marco-para-aplicar-descontos-a-todos-os-funcionarios-da-saude-que-aderiram-a-greve-117542.html?fbclid=IwAR0XxZOLdGZNtwMWvfmSvxqM5bCQP0XelS3lGxNmj17xLwJRJsPDr1z2nqk">https://novojornal.co.ao/politica/interior/ministra-da-saude-acusada-de-mandar-atrasar-salario-de-marco-para-aplicar-descontos-a-todos-os-funcionarios-da-saude-que-aderiram-a-greve-117542.html?fbclid=IwAR0XxZOLdGZNtwMWvfmSvxqM5bCQP0XelS3lGxNmj17xLwJRJsPDr1z2nqk</a></p> | <p>16<br/>partilh<br/>as</p> | <p>30<br/>comentári<br/>os</p> |

## JANEIRO

| <i>Maka Angola</i>   |               |                 |
|--|---------------|-----------------|
| Decretado congelamento mundial de bens de Isabel Santos<br><br><a href="https://www.makaangola.org/2024/01/decretado-congelamento-mundial-de-bens-de-isabel/">https://www.makaangola.org/2024/01/decretado-congelamento-mundial-de-bens-de-isabel/</a> | 5 partilhas   | 7 comentários   |
| Angola-EUA: Trump e dívida à China<br><br><a href="https://www.makaangola.org/2024/01/angola-eua-trump-e-divida-a-china/">https://www.makaangola.org/2024/01/angola-eua-trump-e-divida-a-china/</a>  | Sem partilhas | sem comentários |
| A descolonização do direito angolano, de novo<br><br><a href="https://www.makaangola.org/2024/01/a-descolonizacao-do-direito-angolano-de-novo/">https://www.makaangola.org/2024/01/a-descolonizacao-do-direito-angolano-de-novo/</a>                   | 3 partilhas   | 1 comentário    |

## FEVEREIRO

| <i>Maka Angola</i>  |             |               |
|---|-------------|---------------|
| Exigências para um ensino de qualidade<br><br><a href="https://www.makaangola.org/2024/02/exigencias-para-um-ensino-de-qualidade/">https://www.makaangola.org/2024/02/exigencias-para-um-ensino-de-qualidade/</a>   | 2 partilhas | 1 comentário  |
| Educação primária: uma prioridade absoluta do Estado<br><br><a href="https://www.makaangola.org/2024/02/educacao-primaria-uma-prioridade-absoluta-do-estado/">https://www.makaangola.org/2024/02/educacao-primaria-uma-prioridade-absoluta-do-estado/</a> | 6 partilhas | 2 comentários |
| Lei da bufaria generalizada<br><br><a href="https://www.makaangola.org/2024/02/lei-da-bufaria-generalizada/">https://www.makaangola.org/2024/02/lei-da-bufaria-generalizada/</a>  | 6 partilhas | 6 comentários |

## MARÇO

| <i>Maka Angola</i>   |              |               |
|--|--------------|---------------|
| BNA: O culpado da inflação em angola<br><a href="https://www.makaangola.org/2024/03/bna-o-culpado-da-inflacao-em-angola/">https://www.makaangola.org/2024/03/bna-o-culpado-da-inflacao-em-angola/</a>                            | 10 partilhas | 7 comentários |
| As lágrimas de Massano: inflação e desemprego<br><a href="https://www.makaangola.org/2024/02/as-lagrimas-de-massano-inflacao-e-desemprego/">https://www.makaangola.org/2024/02/as-lagrimas-de-massano-inflacao-e-desemprego/</a> | 5 partilhas  | 8 comentários |
| O salário mínimo e as desigualdades sociais<br><a href="https://www.makaangola.org/2024/03/o-salario-minimo-e-as-desigualdade-sociais/">https://www.makaangola.org/2024/03/o-salario-minimo-e-as-desigualdade-sociais/</a>       | 2 partilhas  | 4 comentários |

### **4.3 Os significados dos comentários**

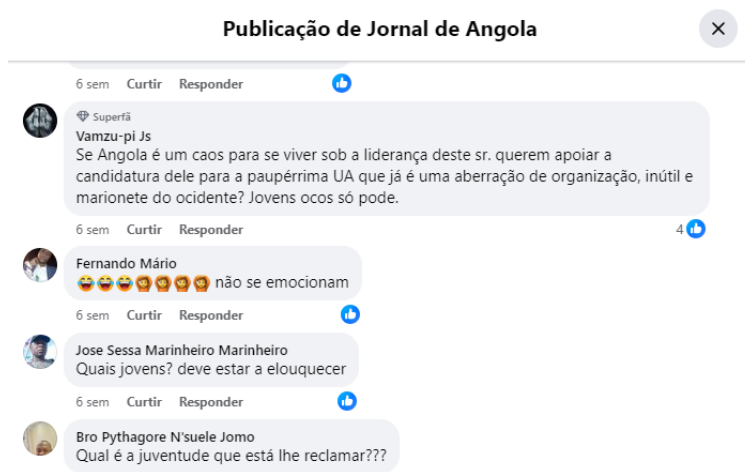
Julgamos também pertinente analisar uma seleção de comentários provenientes dos três órgãos de comunicação, nos quais os cidadãos participam em intercâmbio de ideias significativo. Esses comentários não apenas refletem a diversidade de opiniões e perspectivas dentro da sociedade, mas também evidenciam o interesse público e o desejo de participação ativa no debate político e social. Este diálogo dinâmico entre os cidadãos é essencial para uma democracia saudável, permitindo uma melhor compreensão dos problemas enfrentados e contribuindo para a busca de soluções coletivas.

De acordo com Manosevitch e Walker (2009, p.6), os comentários dos leitores no jornalismo online têm potencial para promover deliberação pública de várias maneiras. Os leitores podem fornecer conhecimento em aspectos da questão não considerados no conteúdo do jornal. Em particular, os comentários podem veicular testemunhos da experiência pessoal ou preocupações específicas de um indivíduo e implicações necessárias para criar uma solução efetiva. Os leitores podem também fornecer uma multiplicidade de perspectivas difíceis de representar num só editorial.

A análise dos comentários selecionados revelou uma série de padrões e tendências interessantes. Em muitos casos, observou-se uma polarização de opiniões, com alguns leitores que expressam concordância e apoio às posições apresentadas na notícia, enquanto outros manifestam discordância e críticas fundamentadas. Essa dinâmica de debate reflete a natureza pluralista da esfera pública online, em que diferentes vozes e perspectivas coexistem e interagem.

Além disso, os comentários selecionados também evidenciaram a importância do jornalismo como catalisador de discussões sobre questões sociais, políticas, econômicas e culturais. Os leitores demonstraram interesse em aprofundar o debate sobre temas complexos e controversos, buscando compreender diferentes pontos de vista e contribuir para a formação de opinião pública informada.

**Fig.1**




**Fig.2**






Fig.3


**Publicação de Novo Jornal** X

 **Job Francisco Cassua Jobilson**  
Finalmente às notícias voltaram, aquele espaço bonito é debate de seres que gozam alguma patologia em termos de solidariedade ou seja em sentir um pouco de indignação pela qualidade de vida que proporcionam aos seus governados, digo isso a todos sem exceção, gozam de um luxo abismal, mais vão fazer inauguração de chafariz

2 sem Curtir Responder

 **Lopes Fernando Bravo Lopilson**  
Só para actualizar! Hoje é Quinta feira, dia 29. E não sexta feira como cita o texto acima.

2 sem Curtir Responder 2  

 **Silva Kapila HD**  
Fico muito triste, com essa lei.

2 sem Curtir Responder




 **Paulo Adriano Kikola Jr.**  
Isto é uma situação catastrófica e desastrosa! Não se recomenda votar a favor desta violação à democracia

Fig.4


**Publicação de Novo Jornal** X

 **Antonio Mafuta Mafuta**  
Pedimos os órgãos da defesa e segurança, para que, tenham postura de republicanos, deixem o povo corrigir a má governação do partido no poder.  
O sofrimento que o povo Angolano está passar, estão também incluso os vossos parentes.  
Em nenhum lado do mundo a população já tomou o poder de mãos vazias.  
Todos golpes que acontecem no universo são orquestrados pelos militares.

1 d Curtir Responder

 **David Vintém**  
Apoio a greve, cada um deve exigir os seus direitos quando se achar injustiçado

1 d Curtir Responder

 **Adelino Cândido** Superfã  
Num país normal não tinha de ser o MPLA preocupar-se com a greve geral das centrais sindicais, onde o foco principal é o aumento do salário mínimo nacional


1 d Curtir Responder 

Fig.5

**Publicação de Jornal de Angola** X

 **Narciso Ngonje** · Seguir  
Quer dizer, estamos diante a um monopólio. 😞

2 sem Curtir Responder

 **Veloso Pessela Sacamuenho Veloso**  
Esses adoptam políticas que empobrecem cada vez mais os agricultores.

2 sem Curtir Responder 2 

 **Gabriel Chitoma Abel Wanasi**  
Angola agradece pelas políticas adotadas por esta empresa, principalmente no fomento agrícola, visando aumentar as economias do agricultor familiar, contribuindo dessa forma para o combate a fome e a pobreza. Agradecemos também por apoiar as crianças nas zonas urbanas com o fornecimento de merenda escolar. Só não vê quem não quer vê ( até o cego vê) o grupo carrinho tem boas políticas, que estão viradas na diminuição das importações, e aumento da produção nacional contribuindo para a segurança alimentar. Tendo como parceiros os agricultores familiares, que recebem insumos a preços baixos e com reembolso a longo prazo.

**Fig.6**

**Publicação de Maka Angola**

**Superfã**  
**Nestor Seque**  
Realmente, e não só os "políticos empresários" que monopolizam a economia. Há muitos sabotadores da tão Economia Liberal que almejamos, a pesar de ser em número reduzido. Isso está dar cabo da economia angolana aos pouco. Vejamos: os empresários que não são políticos, envolvem-se com políticos, que lhes servem de lobistas e escudos. Isso constitui um grande impedimento no empresariado nacional. Como é que a nossa Economia vai crescer assim? E de realçar que a maior dos empresários que usam os políticos como lobistas e escudos são estrangeiros (nada contra) que no final do dia levam os lucros em suas terras. A falta de patriotismo está na base de tudo, definitivamente não há responsabilidade para com o país para futuro próximo e a longo prazo!  
3 sem Curtir Responder Editado

**Manuel Maria Cantista**  
Como é possível um país com tantos recursos viver nessa pobreza? A resposta é simples alguém anda a roubar o povo e já não é a Isabelinha  
2 sem Curtir Responder

**Fig.7**

**Publicação de Maka Angola**

"A inflação voltou a subir em Angola, pela décima vez consecutiva, fixando-se nos 24,07% em ter..."

9 3 comentário 2 compartilhamentos

Curtir Comentar Compartilhar

Mais relevantes ▾

**AQUI E AGORA · Seguir**  
Só querem governar com os pro Mpla vão bater no fundo e o pior é que a dor vai pra o povo.  
3 h Curtir Responder

**Nelson Binário**  
Não temos seres Humanos no poder.  
4 h Curtir Responder

**Pedro Mundundo**  
Esse povo está vivendo entre a espada e a parede 😞  
4 h Curtir Responder

**Fig.8**



**Fig.9**



Observa-se claramente que as notícias que abordam questões políticas e sociais são as mais disseminadas e debatidas nos três órgãos de comunicação seleccionados. Angola está a atravessar um período desafiador em vários setores, em que problemas como corrupção, desigualdade social e instabilidade política estão entre os principais desafios enfrentados pela sociedade angolana. Nesse contexto, os cidadãos encontram nos comentários uma ferramenta vital para expressar suas opiniões, preocupações e descontentamentos.

Além disso, a disseminação e o engajamento com notícias relacionadas à política e à sociedade indicam uma conscientização pública cada vez maior sobre as questões que afetam diretamente a

vida dos cidadãos angolanos. Isso sugere um desejo coletivo de mudança e progresso, bem como uma procura por uma participação mais ativa e inclusiva na governança do país.

## 5. Entrevistas

Considerando os objetivos de a investigação descrever evolução dos meios de informação públicos e privados em Angola desde a sua independência, sublinhando as transformações significativas impulsionadas por contextos históricos, políticos, económicos e sociais.

A realização de entrevistas com jornalistas dos jornais online como metodologia de investigação apresenta-se como uma abordagem valiosa e robusta para a obtenção de dados qualitativos em pesquisas sobre comunicação social, jornalismo e media digital. Esta escolha metodológica pode ser justificada por vários fatores que destacam a importância e a eficácia das entrevistas em profundidade com profissionais da área.

Primeiramente, os jornalistas são os agentes centrais no processo de produção de notícias e, portanto, possuem ‘insights’ únicos e detalhados sobre práticas, desafios e transformações que ocorrem no ambiente jornalístico, especialmente no contexto digital.

As entrevistas realizadas com os diretores e jornalistas de três órgãos de comunicação angolanos foram obtidas através de diferentes meios, incluindo chamadas pelo Zoom, WhatsApp e entrevistas escritas.

Dada a realidade angolana, onde a média digital está em expansão, escolhemos órgãos de comunicação com forte presença nessas plataformas. Angola, como muitos países africanos, está a testemunhar uma rápida adoção da tecnologia digital, tornando os meios de comunicação online fundamentais para o fluxo de informação e a formação da opinião pública.

Algumas entrevistas foram realizadas durante a madrugada devido ao fuso horário. Angola encontra-se no fuso horário da África Ocidental (WAT), que frequentemente difere significativamente dos fusos horários de outros países. Esta adaptação de horários mostra a flexibilidade dos entrevistadores em lidar com as circunstâncias dos entrevistados, assegurando assim a abrangência e qualidade das entrevistas.

A utilização de métodos variados, como videochamadas, mensagens instantâneas e entrevistas escritas, proporcionou uma riqueza de dados e perspectivas, permitindo uma compreensão abrangente da situação da comunicação digital em Angola e dos desafios enfrentados pelos

profissionais do setor. Estas entrevistas foram valiosas não só para compreender o cenário atual da comunicação digital em Angola, mas também para identificar tendências e oportunidades futuras.

Podemos notar aqui as relevâncias nas perguntas e as suas categorias, como se pode observar várias foram as perguntas feitas para podermos perceber melhor a pesquisa em questão.

### **5.1 Pertinência dos guiões e dos entrevistados**

Este guião, com perguntas justificadas e delineadas, permite uma análise abrangente do jornalismo participativo e da interatividade online em Angola. As categorias selecionadas proporcionam uma compreensão aprofundada das práticas atuais, dos desafios enfrentados e das oportunidades futuras para o jornalismo angolano.

**Jornalismo participativo:** a relevância desta pergunta reside na necessidade de avaliar a democratização da produção de notícias. O envolvimento do público pode indicar um maior pluralismo e uma diversidade de vozes, o que é essencial para a integridade do jornalismo. Esta categoria é crucial para entender como os jornais incorporam a participação cidadã nas suas rotinas.

**Plataformas online:** dado o papel crescente da internet como fonte de informação, é importante avaliar como os jornais utilizam estas plataformas para recolher e disseminar notícias. Esta categoria permite entender a adaptação dos meios de comunicação tradicionais às novas tecnologias e a sua capacidade de integrar informações obtidas online.

**Interação através de comentários:** os comentários online são um canal direto de ‘feedback’ do público e podem influenciar a agenda de cobertura e a orientação editorial dos jornais. Analisar esta interação ajuda a perceber a receptividade dos jornais à participação ativa do público e à transparência na comunicação.

**Qualidade de informação disponível para o público:** a qualidade de informação é um pilar fundamental para a credibilidade de qualquer jornal. Avaliar esta categoria ajuda a identificar os padrões editoriais e as práticas que os jornais implementam para assegurar que as notícias são precisas, imparciais e relevantes.

**Interatividade:** é uma componente essencial do jornalismo moderno, permitindo uma comunicação bidirecional entre os jornais e o seu público. Analisar esta categoria revela como os jornais incentivam a participação e o engajamento do público, além de melhorar a transparência e a responsabilidade.

**Colaboração do público:** pode enriquecer a cobertura noticiosa com perspetivas diversificadas e informações locais. Esta categoria permite entender a valorização das contribuições do público e como estas são integradas nas publicações, promovendo um jornalismo mais inclusivo.

**Avaliar o conteúdo gerado pelo público:** é crucial para manter a integridade e a qualidade do jornalismo. Esta categoria ajuda a explorar os métodos de verificação e seleção de conteúdo, garantindo que apenas informações precisas e relevantes são publicadas.

**Qualidade da informação online:** influencia a confiança do público e a reputação do jornal. Esta categoria foca-se na autoavaliação das práticas jornalísticas digitais, crucial para compreender os desafios e as oportunidades na era da informação digital.

**Relação entre cidadania e democracia:** é fundamental para entender o impacto do jornalismo participativo. Esta categoria permite explorar as perspetivas dos jornais sobre o papel do público na governança democrática e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

**Futuro do jornalismo participativo:** é crucial para identificar tendências e desafios emergentes. Esta categoria visa captar as expectativas e os planos dos jornais para evoluir na era digital, oferece uma visão estratégica sobre o desenvolvimento do jornalismo em Angola.

Este enquadramento levou à seleção dos seguintes entrevistados:

## LISTA DE ENTREVISTAS REALIZADAS

### **1. Entrevistado: Fernando Calueto** (*Novo Jornal Online*)

Função: Jornalista

Data da realização da entrevista: 15 de abril 2024

Local: Videochamada WhatsApp e escrito P

### **2. Entrevistado: Ricardo Bordalo** (*Novo Jornal/Online*)

Função: Coordenador

Data da realização da entrevista: 12 de abril 2024

Meio: Zoom

### **3. Entrevistado: Rafael Marques** (*Maka Angola*)

Função: Director

Data da realização da entrevista: 17 de abril 2024

Meio: Teams e chamada WhatsApp

### **4. Entrevistado: Xavier António** (*Jornal de Angola/ Online*)

Função: Diretor Adjunto

Data da realização da entrevista: 20 de abril 2024

Meio: Zoom

### **5. Entrevistado: Omar Prata** (*Jornal de Angola/ Online*)

Função: Jornalista

Data da realização da entrevista: 21 de abril

Meio: Zoom

A nossa análise baseia-se na realização de entrevistas de carácter qualitativo com diretores e jornalistas dos referidos meios de comunicação. As respostas foram categorizadas e analisadas para identificar temas comuns e divergentes relacionados à participação do público, critérios de avaliação de conteúdos gerados pelos usuários, estratégias de engajamento, e desafios enfrentados no contexto angolano.

As organizações de notícias em Angola, como o *Novo Jornal*, *Jornal de Angola* e *Maka Angola*, reconhecem a importância do jornalismo participativo, embora alguns desconhecem o que realmente é, mas a sua implementação varia significativamente entre as instituições.

Podemos notar que as respostas foram dadas por profissionais com um certo cuidado, várias vezes sublinhou-se o contexto não favorável em que Angola enfrenta. Podemos notar que existe um certo medo em falar de alguns pontos apresentados nas perguntas.

No *Novo Jornal*, a organização incorpora elementos de jornalismo participativo de forma limitada, principalmente devido ao contexto de desinformação e ‘fake news’ prevalente em Angola.

A relevância pública e a veracidade dos factos são os principais critérios utilizados para avaliar a contribuição do público. A credibilidade das contribuições é um desafio constante, com a necessidade de confirmação rigorosa dos dados recebidos.

O *Jornal de Angola* promove a participação do público através de opiniões, correções e alertas nas redes sociais. Cinco jornalistas trabalham exclusivamente no conteúdo online.

Para este jornal, o jornalismo participativo oferece a vantagem de enriquecer as notícias e aumentar a interatividade, mas também apresenta desafios em termos de manutenção da qualidade e veracidade da informação, embora tenha pouca participação.

*Maka Angola*, utiliza plataformas como o MakaLeaks para receber informações confidenciais que alimentam investigações profundas.

A falta de liberdade económica e de recursos financeiros dificulta a sustentação do jornalismo investigativo participativo nas plataformas online.

*Maka Angola* descreve o jornalismo participativo como uma "miragem", indicando uma falta significativa de engajamento do público e controlo estatal sobre os meios de comunicação.

Analisamos que o jornalismo participativo desempenha um papel vital na promoção da transparência e responsabilidade, embora limitado pelas restrições impostas pelo Estado de acordo com os dados da entrevista.

Os desafios comuns enfrentados incluem a verificação da credibilidade das fontes, a sustentabilidade financeira e a manutenção da imparcialidade.

Em todos os meios analisados, a credibilidade das contribuições do público é uma preocupação central, exigindo rigorosos processos de verificação.

A falta de recursos financeiros e tecnológicos adequados é um obstáculo significativo, especialmente em meios independentes como o *Maka Angola*.

As plataformas online são utilizadas de formas distintas. O *Novo Jornal* utiliza-as como fontes de informação, embora raramente ocorra uma interação significativa. O *Jornal de Angola* também recorre às plataformas online, mas a interação é ainda mais limitada. No *Maka Angola*, as plataformas online são consideradas não confiáveis devido ao controlo estatal e à falta de liberdade.

A interação através de comentários é mínima nos três jornais, o *Novo Jornal* recebe algumas mensagens dos leitores, que são consideradas na escolha de temas, mas essa interação é rara. O *Jornal de Angola* não tem um sistema de interação por comentários. No *Maka Angola*, a interação, através de comentários, praticamente não acontece. Os leitores preferem enviar informações confidenciais e anónimas através do sistema *MakaLeaks*.

A qualidade da informação varia entre os jornais. O *Novo Jornal* relata uma melhoria contínua na qualidade das informações, focando na veracidade e relevância pública. O *Jornal de Angola* afirma que a qualidade da informação "já se faz", mas ainda enfrenta desafios de escrutínio e responsabilidade. No *Maka Angola*, a qualidade da informação sofre devido ao controlo estatal e à falta de equilíbrio na representação de diferentes vozes.

A interatividade é um desafio comum. O *Novo Jornal* reconhece que a interatividade com o público não é muito comum, devido à falta de infraestrutura e acesso à internet de qualidade. O *Jornal de Angola* praticamente não tem interatividade, enquanto o *Maka Angola* se destaca pela partilha confidencial e anónima de informações, mas não promove uma interação aberta e direta com o público.

A colaboração com o público é filtrada rigorosamente no *Novo Jornal*, muitas contribuições não são consideradas de interesse público. O *Jornal de Angola* realiza uma filtragem cuidadosa das contribuições recebidas. No *Maka Angola*, a colaboração é rara e depende principalmente de documentos recebidos através do sistema MakaLeaks.

A qualidade da informação online é geralmente alta no *Novo Jornal*, com um foco na apuramento rigorosa dos factos. O *Jornal de Angola* também assegura a qualidade das informações antes da publicação. No *Maka Angola*, a qualidade da informação nos órgãos públicos é questionada, sendo a falta de liberdade económica um obstáculo para a credibilidade das notícias.

A perceção sobre a relação entre jornalismo e democracia é variada. O *Novo Jornal* acredita que não há democracia sem cidadania, enfatizando a importância do jornalismo na construção de uma sociedade justa. O *Jornal de Angola* reconhece que há progresso em direção à democracia, com uma abertura gradual. Já o *Maka Angola* vê a democracia como uma utopia fora das redes sociais, destacando o controle estatal sobre os meios de comunicação tradicionais.

As visões sobre o futuro do jornalismo participativo online são cautelosamente otimistas. O *Novo Jornal* prevê um futuro bom, mas com perigos inerentes ao contexto atual. O *Jornal de Angola* acredita em um futuro promissor, mas reconhece a necessidade de mais desenvolvimento. O *Maka Angola* enfatiza a necessidade de mudanças estruturais profundas para que o jornalismo participativo possa prosperar.

Para melhorar a eficácia do jornalismo participativo em Angola, recomenda-se, investir em formação contínua para jornalistas sobre como integrar e verificar eficazmente as contribuições do público.

Melhorar a infraestrutura tecnológica para facilitar uma comunicação mais eficiente com os leitores. Parcerias e apoios, estabelecer parcerias internacionais e buscar apoios financeiros para garantir a sustentabilidade dos projetos de jornalismo participativo.

Embora haja variações entre os jornais analisados, fica claro que o jornalismo participativo e a interatividade online ainda enfrentam desafios significativos em Angola, incluindo restrições governamentais e falta de confiança do público nas plataformas digitais. O futuro do jornalismo participativo online no país exigirá mudanças estruturais e um compromisso renovado com a transparência e a inclusão do público no processo jornalístico.

### **5.3 A perspetiva dos jornalistas**

Tendo em conta a análise de conteúdos efectuada aos jornais *Novo Jornal*, *Jornal de Angola* e *Maka Angola* e as entrevistas com os jornalistas dos respetivos órgãos, consideramos pertinente apresentar agora uma síntese dos resultados que permite aferir qual o grau de participação dos diferentes meios,

Fernando Calueto sublinhou que, apesar da incorporação de elementos do jornalismo participativo, a contribuição do público ainda é mínima devido ao contexto angolano, onde as ‘fake news’ são prevalentes. A maior parte do trabalho é feita internamente pela equipa de jornalistas.

Quanto as plataformas online e interação através de comentários e redes sociais é limitada, no *Novo Jornal* em parte devido ao acesso limitado à internet de boa qualidade por uma grande parte da população angolana. Ainda assim, a plataforma tem um papel importante no jornalismo angolano e é uma fonte para outros portais de notícias.

Para avaliar a credibilidade e a relevância do conteúdo gerado pelo público, o *Novo Jornal* online utiliza critérios como a relevância pública do assunto e o apuramento dos factos. As contribuições do público são aproveitadas quando relevantes e verificadas quanto à veracidade e interesse público. No entanto, muitas vezes as contribuições não são de interesse público, embora possam enriquecer a cobertura jornalística.

O profissional mostrou-se otimista quanto ao futuro do jornalismo participativo em Angola e espera que as futuras gerações de jornalistas beneficiem de uma maior colaboração do público na recolha e divulgação de informações.

A interação com o público, embora limitada, tem contribuído para a expansão e modernização do *Novo Jornal online*. A plataforma continua a ser uma fonte confiável e respeitada de notícias, ajuda no fidelizar o público leitor.

Calueto destacou que não há democracia sem cidadania. A qualidade da democracia está diretamente ligada ao exercício dos direitos e deveres dos cidadãos e o jornalismo desempenha um papel fundamental na construção de uma sociedade justa e informada.

Ricardo Bordalo, coordenador online do *Novo Jornal*, discute o conceito de jornalismo participativo, enfatizando a seleção de temas com base no interesse dos leitores e na colaboração com organizações da sociedade civil. Destaca a importância da interatividade nas plataformas online para envolver o público, reconhece os desafios operacionais decorrentes da escassez de recursos humanos. Bordalo sublinha o uso cauteloso das colaborações como fontes jornalísticas, especialmente no contexto digital angolano. Além disso, aborda as ameaças à segurança dos jornalistas em Angola e as estratégias para mitigá-las, incluindo medidas de segurança digital e solidariedade entre profissionais. Bordalo também reflete sobre o papel das redes sociais como fonte de temas para reportagens, considerando a gestão prudente como crucial. Destaca a interdependência entre cidadania, democracia e jornalismo, reconhecendo avanços na qualidade democrática em Angola, apesar dos desafios persistentes.

Para Xavier António, o jornalismo participativo é uma realidade crescente, em que os cidadãos não apenas consomem, mas também contribuem ativamente com conteúdo informativo. O *Jornal de Angola* considera as plataformas online fundamentais para facilitar a interação com o público e permitir comentários e opiniões dos leitores como parte integrante do processo editorial.

Destacou a importância de manter elevados padrões de qualidade na informação disponibilizada online, com os desafios da disseminação de desinformação e a necessidade de verificação rigorosa dos factos.

Omar Prata, jornalista do *Jornal de Angola*, considera o jornalismo participativo mediado por plataformas online e permite que o público interaja com as notícias através de comentários, contribuindo para a criação de conteúdo e avaliação da informação disponível. A integração do público neste processo é vista como uma forma de aumentar o valor e a credibilidade das notícias.

Contudo, o profissional ressalta a necessidade de uma avaliação criteriosa na qualidade da participação para garantir que a informação mantida seja credível e imparcial. A importância de cruzar informações obtidas de fontes oficiais e de ouvir sempre o contraditório, preservando assim a objetividade e a veracidade das notícias.

O jornalismo participativo é considerado por Prata como um instrumento para fortalecer a cidadania e a democracia, ao permitir que o público participe ativamente na criação e disseminação de notícias. Esta participação pode potencialmente melhorar a qualidade da informação disponível ao público, desde que os jornalistas avaliem rigorosamente o conteúdo gerado pelos utilizadores.

No contexto angolano, Prata aponta que os desafios do jornalismo participativo incluem a garantia da qualidade e precisão das informações partilhadas pelo público. Contudo, há oportunidades significativas para aumentar a participação pública e melhorar a disseminação de notícias de maneira mais eficiente e abrangente.

Rafael Marques entende que a participação direta dos cidadãos, como comentários e partilhas, é limitada devido ao medo e às consequências de se manifestarem publicamente. No entanto, as denúncias anónimas recebidas por email têm sido uma fonte importante de informação.

O jornalista aponta que o jornalismo de investigação online é crucial para promover a transparência e a responsabilidade, mas enfrenta grandes desafios em Angola, onde os principais meios de comunicação estão sob controlo do estado e funcionam como instrumentos de propaganda política. A falta de liberdade económica impede o crescimento dos media privados e independente, essencial para uma sociedade mais informada e participativa.

Vê as plataformas digitais e as redes sociais como vitais para a promoção da democracia e da liberdade de expressão em Angola, onde a democracia fora das redes é considerada uma utopia. E sublinha que os maiores obstáculos no jornalismo participativo incluem a falta de liberdade económica e o controlo estatal sobre a media. Apesar destes desafios, Marques acredita que

reformas estruturais são necessárias para fomentar um ambiente em que os jovens jornalistas possam prosperar e contribuir para a democratização do país.

Realçou ainda que nos órgãos estatais, a representação é dominada pela propaganda do partido no poder. Alguns meios privados privilegiam vozes da oposição e da sociedade civil, mas ainda há uma falta de equilíbrio na representação das diversas perspetivas, o que impacta negativamente a qualidade da informação disponível online.

O quadro seguinte apresenta uma análise comparativa detalhada de três meios de comunicação angolanos – *Novo Jornal*, *Jornal de Angola* e *Maka Angola* – no que toca à participação e interatividade com o público. Esta análise permite compreender as práticas e perspetivas de cada meio relativamente ao jornalismo participativo e à democracia. A seguir, detalha-se a interpretação de cada linha do quadro:

## QUADRO 6

### PARTICIPAÇÃO

| <b>CATEGORIAS</b>                                 | <b><i>NOVO JORNAL</i></b>                 | <b><i>JORNAL DE ANGOLA</i></b>             | <b><i>MAKA ANGOLA</i></b>                      |
|---|---|--|--|
| Jornalismo participativo                          | Participação reduzida                     | Quase inexistente                          | Uma miragem                                    |
| Plataformas online                                | Como fontes de informação                 | Poucas vezes acontece                      | Não é confiável                                |
| Interação através de comentários                  | Poucas vezes/ apenas mensagens            | Não existe                                 | Não acontece                                   |
| Qualidade da informação disponível para o público | Tem melhorado                             | Já se faz                                  | Falta equilíbrio                               |
| Interatividade                                    | Não é muito comum                         | Não existe                                 | partilha confidencial e anónima                |
| colaboração com o público                         | Muitos casos não são de interesse público | Filtragem                                  | Poucas vezes                                   |
| Conteúdo gerado pelo público                      | Poucas vezes                              | Passa na análise                           | documentos recebidos                           |
| Qualidade da informação online                    | São de boa qualidade                      | Sim, são viáveis                           | Nos órgãos públicos não existe                 |
| Democracia  | Não há democracia sem cidadania           | Temos caminhado para lá, já temos abertura | Só existe nas redes sociais, fora é uma utopia |
| futuro do jornalismo participativo online         | Um futuro bom/ Perigo                     | Há futuro                                  | Tem de haver mudanças estruturais              |

## 5.4 Transcrição das entrevistas

**Fernando Calueto/ Jornalista/ *Novo Jornal Online***

**Como é que a vossa organização de notícias incorpora elementos de na vossa cobertura noticiosa?**

Incorporamos com a mínima percentagem, porque, na verdade, todo o trabalho é feito nós, embora as contribuições de elemento do jornalismo participativo seja levando sempre em consideração. Mas atendendo o contexto angolano, onde as ‘fake news’ têm ganhado espaços na média tradicional.

**Qual é o papel das redes sociais no jornal e como é que ela influencia o envolvimento do público?**

R: O papel tem sido bom, a nossa plataforma é muito lida e respeitada, pois tem contribuído bastante para jornalismo angolano em função da credibilidade e do rigor, tanto da linguagem como na veracidade de notícias produzidas e a confiança com.

Também tem sido uma fonte para a maioria dos portais de notícias, nacionais e internacionais, daí o grande envolvimento do público leitor.

No contexto angolano atualmente, poucos órgãos privados estão no online e isso também não ajuda muito na interatividade, sem contar que uma boa parte da população não usa internet.

**Que estratégias específicas é que a vossa equipa implementa para encorajar a participação do público na geração de conteúdo jornalístico?**

R: A estratégia que implementamos para a participação do público tem sido a da aproximação com jornal, pois levamos em conta o perfil do leitor e a relação com o conteúdo jornalístico.

**Quais são os critérios utilizados para avaliar a credibilidade e relevância do conteúdo gerado pelo público antes de ser publicado?**

R: O primeiro critério tem sido a relevância pública do assunto! O segundo tem sido o apuramento dos factos! Pois é fundamental saber antes de dar o tratamento noticioso se estão cumpridos os

elementos da veracidade da informação e do interesse para o leitor. E também é necessário realçar que devido ao momento em que Angola vive o povo esteja revoltado. Às vezes, inventam falsas notícias, então no redobro as atenções para veracidade das coisas.

### **As colaborações são aproveitadas jornalisticamente?**

R- Sim, embora em muitos casos não sejam de interesse público, mas quando se trata de contribuições que engordam o nosso leque de matérias a serem difundidas têm sido aproveitadas. Não só pelo jornal, mas também pelos jornalistas.

### **Como é que a interação com o público através de comentários, inquéritos e redes sociais informa as decisões editoriais na vossa redação?**

R: A interação tem sido salutar enquanto os comentários nos ajudam a trabalhar e a escolher o alinhamento da matéria a ser difundida por nós, mas são poucas, mas a decisão final, apesar da vontade do público leitor, será sempre a nossa, baseando-se no interesse público conforme as normas do jornalismo.

Nós, às vezes, vamos atrás de algumas denúncias feito pelos leitores, vamos ao terreno e averiguamos, no caso do contrabando de combustível na província do Zaire junto à fronteira com a República Democrática do Congo (RDC). Foi por causa de um comentário e fomos atrás da história e realmente conseguimos trazer à tona a temática no jornal, embora a matéria esteja apenas no jornal impresso.

### **Quais são os maiores desafios enfrentados ao integrar elementos de jornalismo participativo e interatividade na vossa operação jornalística?**

R: O grande desafio para nós, em particular para mim, como jornalista de um dos melhores sites de notícias de Angola, o *Novo Jornal* “online”, tem sido a credibilidade da contribuição a ser dada. Em Angola, as pessoas criticam mais do que contribuem para jornalismo participativo, embora haja notícias não com que envolvimento ativo do público, mas com grandes contribuições para o tratamento jornalístico. Na verdade, Angola está a dar passos no que toca ao jornalismo participativo, nem os próprios leitores sabem que podem exercer essa função para melhor informação e sentir livre de opinar.

**Qual é o impacto percebido do jornalismo participativo e da interatividade na construção da marca e na fidelização do público do vosso jornal?**

R: Sei que conhece bem a realidade de Angola, o terreno é meio minado, no entanto, a forma de produção de notícias que envolve a participação ativa do público não é ainda muito comum nas nossas redações, embora haja em algumas, no formato mais expansivo. Daí ser difícil responder taxativamente a essa pergunta, mas dizer que a interatividade na construção da marca NJ, tem sido a expansão do *Novo Jornal* com a modernização aos adventos das novas tecnologias de informação.

**Como veem o futuro do jornalismo participativo online e que inovações planeiam implementar para melhorar esta área?**

R- Particularmente, sinto o aproximar cada vez mais das pessoas em alertar sobre uma determinada situação que querem ver noticiada, outras vão contribuir no processo de coleta de informações, daí dizer que vejo um futuro bom para as futuras gerações de jornalistas em Angola.

Quanto a questão do melhoria da área em que trabalho, com o devido respeito, não tenho muito a dizer-lhe, sabemos como funciona o nosso sistema e é visível, mas sei que há programas de investimentos para esse sector.

**Existe um grande obstáculo que os jornais online enfrentam ao operar em Angola?**

R: Além das restrições legais, os jornais online podem enfrentar desafios práticos, como o acesso limitado a recursos financeiros, infraestrutura tecnológica inadequada e pressões económicas. Estes obstáculos podem dificultar a sua capacidade de operar de forma independente e sustentável, e o nosso país esta numa fase complicada.

**Falou sempre da situação complicada, mas refere-se ao quê propriamente?**

R: Em quase tudo...

**Até que ponto é que a colaboração com o público tem influenciado as narrativas jornalísticas e a agenda de cobertura do vosso jornal online?**

R: A preocupação com o interesse público tem sido o nosso pano de fundo. O público influenciarnos com a sua abordagem e apresentação de factos, que depois seguimos como pauta.

**Qual a importância da cidadania para a qualidade da democracia?**

R: Penso que agora tenho de usar a frase “txee menino não fala política”, bem, não há democracia sem cidadania, a democracia e a cidadania se tornaram fundamentais para a construção de uma sociedade justa onde o cidadão tenha direitos. Nós como jornalista temos tentado fazer a nossa parte.

A sua qualidade só é visível, quando as instituições e os órgãos afins permitem o gozo deste direito, que contribui na construção de um futuro melhor para todos. Mais para tal, não nos devemos esquecer que onde a direitos, há também deveres que têm de ser obrigatoriamente acatados e respeitados.

**Novo jornal / Ricardo Bordalo- coordenador online**

**Como é que a vossa organização de notícias incorpora elementos de jornalismo participativo na vossa cobertura noticiosa?**

R: Não estou certo de saber ao certo o que é o “jornalismo participativo”, mas se for aquele que resulta da atividade das organizações da sociedade civil e de uma eventual colaboração com a redação do *Novo Jornal Online*, em regra é a mesma de sempre: se tem interesse para os leitores é um assunto para ser tratado, se não tiver, ignora-se, como sucede com muitos comunicados que nos chegam e são irrelevantes.

Naturalmente que quem decide da relevância ou falta dela nos assuntos são os jornalistas, em primeira linha, e depois as chefias se persistirem dúvidas. Até porque a escolha dos temas a abordar é dos jornalistas, em quem o chefe de redação tem total confiança para ficar descansado, sabendo que as suas opções são sempre as melhores.

Acontece, naturalmente, também, que são feitas propostas dos editores e, aí, são estes que definem, em conversa com os repórteres, as diversas possibilidades de abordagem.

**Qual é o papel da interatividade nas plataformas online do vosso jornal e como é que ela influencia o envolvimento do público?**

R: A comunicação que nos chega através das caixas de comentários, ou de mensagens, por exemplo, no Facebook, pois sim, ela é importante, até porque são fontes relevantes para nós... que, ao contrário do que muitos pensam fora deste material não temos nem bolas de cristal nem somos adivinhos para saber tudo sobre todos e sempre. Não se tem noção da ginástica enorme do que é ter um jornal online assuntos abrangentes e com uma equipa pequena.

**Que estratégias específicas é que a vossa equipa implementa para encorajar a participação do público na geração de conteúdo jornalístico?**

R: A melhor forma é dar as respostas sempre com rapidez e estabelecer contacto com os leitores... Nem sempre é possível, por escassez de recursos humanos, mas procuramos fazê-lo da melhor forma possível, até porque somos os mais interessados.

**As colaborações são aproveitadas jornalisticamente?**

R: Como fontes, sim, naturalmente, repare estamos em Angola, é preciso ter cautela com as fontes, principalmente no digital.

**Mas porque diz isso?**

R: Angola está a tentar apostar em jornalismo online agora, alias, sinto que as pessoas recorrem ao online até para se manifestar. A Sita como estudante sabe como funciona o território angolano.

**Quais são os maiores desafios enfrentados ao integrar elementos de jornalismo participativo e interatividade na vossa operação jornalística?**

R: Não são desafios porque não são suficientes, nunca, para produzir uma notícia, São, pelo contrário, parte do processo... apenas uma parte do complexo processo de produzir noticiário online, encaixando as exigências da rapidez com a obrigação de confirmar a informação, essencialmente contactando todas as partes interessas. Não há, salvo raras exceções, jornalismo sem contraditório, mesmo que esse não vá além do “recusou comentar”.

**Qual é o impacto percebido do jornalismo participativo e da interatividade na construção da marca e na fidelização do público do vosso jornal?**

R; Total. Ignorar um leitor que se dirige a nós é atirar borda fora o nosso principal capital...

**E acontece sempre?**

R: Não, poucas vezes, sinto que os leitores as vezes têm receio, principalmente em questões políticas. Quando se trata de questões sociais já é diferente.

**Sente que ser editor e coordenador de um jornal online chega a ser uma ameaça para vocês?**

R; infelizmente, os jornalistas em Angola, incluindo aqueles que trabalham para jornais online, podem enfrentar ameaças à sua segurança e intimidação por parte de indivíduos ou grupos com interesses contrários aos seus relatos. Os jornais online podem implementar medidas de segurança para proteger os seus jornalistas, incluindo formação em segurança digital e física.

**Como veem o futuro do jornalismo participativo e da interatividade online e que inovações planeiam implementar para melhorar esta área?**

As redes sociais são incontornáveis nesta questão. E estou convencido que sim, que são o “Cavalo de Tróia” que é preciso manter fora das muralhas. Mas, como sempre sucede, quando não se pode eliminar o adversário, procura-se lidar com ele da forma, mas razoável possível. Embora seja também razoável assinalar que, por vezes, em circunstâncias higienicamente garantidas, possam ser uma fonte de temas para trabalhar.

**Qual a importância da cidadania para a qualidade da democracia.**

R: Uma não existe sem a outra... e o jornalismo é parte essencial de ambas.

**Em Angola, existe?** R; tem dado passos

## **Jornal de Angola/ Xavier António- diretor adjunto online**

### **Que mecanismos disponibilizam para permitir a participação dos cidadãos?**

R: Primeiro é dar voz as pessoas enquanto fontes de informação, há espaços reservados para opiniões dos leitores e através das redes sociais onde eles exprimem as suas opiniões, fazem correções e alertam erros nas publicações.

### **De que forma incorporam os resultados dessa participação no processo jornalístico?**

R: Através dos nossos encontros editoriais. Estes resultados se refletem diretamente nas notícias que fazemos todos os dias, quer na abordagem como inovações.

### **Têm jornalistas exclusivamente em funções no online?**

R: Sim. O online tem pelo menos cinco jornalistas que tratam exclusivamente de matérias para o *Jornal de Angola Online*. Estes recolhem a informação, tratam, avaliam e lançam para ar.

### **Como o seu meio de comunicação integra a contribuição do público nas suas práticas jornalísticas?**

R: Em abono da verdade, quanto mais tivermos a contribuição do público (leitores) maior também será a nossa legitimidade e credibilidade junto da comunicação social. Apesar de sermos um órgão oficial recebemos sempre com bom agrado as contribuições e isso tem influenciado positivamente no posicionamento do trabalho que realizamos todos os dias e fazer diferente.

### **Quais são as vantagens e desafios do jornalismo participativo na era digital para o vosso órgão?**

R: As vantagens são muitas: cumprir com o dever de informar num mundo onde as novas tecnologias (era digital) dominam a informação, o facto de darmos a informação em tempo real (...) na hora em que os factos ocorrem. Os desafios são ainda maiores porque somos escrutinados todos os dias como (site de notícias mais dinâmico no país). Aumenta todos os dias as nossas responsabilidades e faz-nos crescer como profissionais de comunicação.

### **Como vê o papel do público na produção e disseminação de notícias?**

R: Muito interessante e vantajoso. Aliás, muitas vezes o público serve como as nossas principais fontes também. E disseminam as notícias através das várias plataformas que temos nas redes sociais.

**De que forma o jornalismo participativo influencia a agenda mediática e a relação entre os jornalistas e o público?**

R: Ainda precisamos evoluir mais neste sentido. Mas começa a ser uma realidade o jornalismo participativo porque tem trazido grandes vantagens e tem influenciado também a nossa agenda diária através de dicas de reportagens e erros cometidos. Essa participação tem permitido, igualmente, uma cobertura diversificada dos factos e ao mesmo tempo enriquecidas as notícias. Quando o publico se envolve fortalece a relação com o jornalista e até mesmo com o jornal. Isso tem acontecido muitas vezes.

**Como avaliar os potenciais impactos quais são os impactos da interatividade e do jornalismo participativo na qualidade da democracia através da democratização da informação e no fortalecimento da cidadania?**

R: O jornalismo participativo hoje é uma realidade cada vez mais patente em todo o mundo. Aliás, cada cidadão é nos dias de hoje um potencial repórter, sobretudo, por conta das novas tecnologias. O impacto dessa participação é cada vez mais evidente porque muitas vezes somos alertados pelo público quando os factos estão a ocorrer, quer seja através de textos, fotos, imagens, áudio e vídeos. Muitas vezes a informação vem do publico e nós só damos forma a notícia.

No entanto, enfrentamos desafios como a disseminação de desinformação, a falta de acesso à internet em áreas rurais e a necessidade de legislação e políticas públicas mais adaptadas. Essas iniciativas estarão a contribuir para uma democracia mais robusta e para o fortalecimento da cidadania em Angola.

**Jornalista/ online *Jornal de Angola*- Omar Prata**

**Quais são os desafios éticos enfrentados pelos jornalistas e organizações de notícias ao incorporar elementos de participação do público em seu trabalho?**

R: Os desafios começam com a deontologia profissional e sermos imparciais. Outro desafio é saber reconhecer estes elementos acrescentam valor à notícia e aumentam a credibilidade.

**Como mantém a imparcialidade e a objetividade de procedimentos no seu trabalho?**

R: Informar com verdade através das fontes de informações oficiais. Cruzar as informações e ouvir sempre o contraditório. Temos de ter noção que a imparcialidades é dos valores que deve estar sempre presente no jornalismo online.

**Quais são as vantagens e desvantagens do jornalismo participativo em termos de qualidade jornalística e engajamento do público?**

R: A vantagem é que ela agrega valor à notícia e aumenta o interesse público. A desvantagem é que nem sempre a participação pode estar correta. Daí a necessidade auferir sempre a qualidade dessa participação, e em Angola é preciso ter cuidado.

**Em que medida as redes sociais têm desempenhado um papel na facilitação do jornalismo participativo e como isso tem afetado a credibilidade das notícias?**

R: De várias maneiras. As redes sociais surgiram para aumentar a disseminar as notícias de forma mais célere. A partir destas podemos medir o nível de aceitação e participação, assim como ler as várias opiniões sobre as notícias publicadas. Por outro lado, afeta a credibilidade do site e aumenta a fidelidade da informação combatendo inclusive as fake news.

**Quais são os desafios e oportunidades do jornalismo participativo em Angola, especialmente no contexto das redes sociais e da Internet?**

R: Com o surgimento das novas tecnologias o jornalismo teve de se adaptar à essa realidade para manter a credibilidade e aceitação e a repensar todo um processo de produção de notícias.

***Site Maka Angola/ Rafael Marques diretor e fundador***

**No seu site, como envolve os leitores e a comunidade local no processo jornalístico? Podes dar alguns exemplos de interatividade nas tuas reportagens?**

R: O site tem um sistema, MakaLeaks, que permite a partilha confidencial e anónima de informações e documentos que têm contribuído nas investigações.

Como ilustração, há anos revelámos a venda de um terreno, por mais de 100 milhões de dólares, para a construção de um condomínio da Sonangol. Segundo os documentos recebidos no MakaLeaks, o direito de superfície do referido terreno tinha sido inicialmente “doado” pelo Estado a uma das filhas do então presidente José Eduardo dos Santos. Basicamente, o Estado recomprou por mais de 100 milhões de dólares o terreno que havia “doado”.

**Como é que os cidadãos participam? Comentam? Partilham? Como fontes de notícias?**

R: As vezes mandam denúncias, mas por email, comentam apenas por indignação, existe medo nos leitores, existe poucas partilhas e comentários que sirvam como fonte,

**Como descreverias o papel do jornalismo investigativo online em promover a transparência e a responsabilidade no contexto angolano?**

O jornalismo investigativo pode exercer um papel importante na promoção da transparência e da responsabilidade em Angola num contexto de independência do poder judicial. Para o efeito, é necessário uma reforma constitucional que instaure, de forma inequívoca, os freios e contrapesos no exercício do poder em Angola.

**Na sua opinião, qual é o impacto do jornalismo participativo na construção de uma sociedade mais informada e envolvida em questões importantes?**

R: Em Angola, as condições para a realização de um jornalismo participativo continuam a ser uma miragem. O Estado controla, na totalidade, todas as televisões, a única rádio que emite em todo o território nacional, o único jornal diário e a única agência de notícias do país. Esses órgãos empregam mais de 80% dos jornalistas que operam no mercado e são talhados exclusivamente

para a propaganda política a favor do presidente, do partido no poder e sua corte de representantes. Não prestam um serviço público.

A comunicação social privada continua a ser marginal por falta de liberdade económica no país, que é um factor decisivo para a manutenção de órgãos independentes e com bons jornalistas que possam construir essa sociedade mais informada e participativa no debate público.

**Como lidas com os desafios de garantir a precisão e a imparcialidade nas tuas investigações, especialmente quando envolve a participação ativa da comunidade?**

R: Seguindo as regras de bom jornalismo. Algumas investigações estão em curso há mais de três anos por insuficiência de provas documentais, e de mais fontes credíveis que possam corroborar com os dados em posse.

**Quais são algumas das principais histórias ou questões que destacarias como resultado direto da interação com os teus leitores e da participação da comunidade?**

R: Reporto o uso de um berbequim de construção civil para cirurgias de ortopedia no Hospital Geral do Moxico. A investigação do Maka Angola causou a exoneração do director-geral da instituição, bem como na sua detenção preventiva após a PGR ter detectado fortes indícios de peculato e outros actos de corrupção.

**Como vê o papel das plataformas digitais e das redes sociais na promoção da democracia e da liberdade de expressão em Angola?**

R: As plataformas digitais e as redes sociais são hoje o esteio da promoção da democracia e da liberdade de expressão em Angola. Fora das redes a democracia é uma utopia

**Quais são os maiores obstáculos que enfrentas ao tentar promover um jornalismo mais participativo e democrático num contexto muitas vezes desafiador como o de Angola?**

R: O jornalismo independente é insustentável sem liberdade económica que permita o livre acesso ao mercado de publicidade ou de apoios relevantes. Não há liberdade económica em Angola. Durante anos, o Maka Angola sobreviveu de uma doação anual do National Endowment for

Democracy. Com o fim desta doação, o Maka Angola passou a ser um projecto exclusivamente voluntário. O jornalismo investigativo requer bastantes recursos e tempo.

**Como acredita que o jornalismo investigativo pode contribuir para a prestação de contas das autoridades e instituições públicas em Angola?**

R: Angola passará, a curto prazo, por uma nova transição em que as reformas constitucionais, judiciais e da administração do Estado serão imperativas para a democratização real do país. Nessa altura, o jornalismo investigativo exercerá um papel preponderante na prestação de contas das autoridades e instituições públicas.

**Quais são as tuas esperanças e expectativas para o futuro do jornalismo investigativo e participativo em Angola? Como vê o papel dos jovens nesse cenário?**

R: Tem de haver mudanças estruturais para estimular o ingresso de jovens bem formados no jornalismo. Temos todo um país por construir e o jornalismo será parte importante na construção do futuro em Angola.

**Como os jornalistas em Angola abordam temas sensíveis, como corrupção e direitos humanos, na sua cobertura jornalística?**

R; A abordagem de temas sensíveis, nos órgãos públicos, depende da orientação política do poder instalado. No sector privado, temos de perguntar primeiro a quem pertence o órgão. É o que determina os limites da cobertura sobre os temas aflorados.

**Qual é a representação das diferentes vozes e perspectivas na media angolana e como isso pode impactar a qualidade da informação disponível para o público online?**

R: Nos órgãos estatais, a representação absoluta das vozes a favor do partido no poder e da propaganda política é inequívoca. Alguns órgãos privados dão primazia às vozes da oposição e da sociedade civil, até por dificuldades de acesso às vozes do poder. Falta equilíbrio.

## CONCLUSÕES

A presente investigação teve como objetivo analisar as potencialidades do jornalismo digital na consolidação da democracia em Angola, tendo como foco estudos de caso do *Novo Jornal*, *Jornal de Angola* e *Maka Angola* e a realização de entrevistas com os jornalistas.

Para responder à caracterização do sistema mediático em Angola, tivemos de fazer cruzamento de informação para melhor perceção de como o sistema mediático angolano sofreu uma transformação desde a independência em 1975 e perceber a natureza política do país. Isto, porque não é possível compreender os media noticiosos sem entender a natureza do Estado, o sistema dos partidos políticos, o padrão das relações entre interesses económicos e políticos, e o desenvolvimento da sociedade civil, entre outros elementos da estrutura social.

Angola conquistou a sua independência, mas rapidamente mergulhou numa guerra civil que durou até 2002. Durante grande parte desse período, o país foi governado por um regime autoritário do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). A guerra e o regime autoritário restringiram severamente a liberdade de imprensa e o desenvolvimento de um sistema mediático pluralista. Após o fim da guerra civil, Angola iniciou um processo de reconstrução e democratização. No entanto, o MPLA continuou a dominar a política angolana, o que teve um impacto direto na liberdade de imprensa e no pluralismo mediático.

O sistema mediático angolano é composto por meios de comunicação estatais e privados. A Televisão Pública de Angola (TPA), a Rádio Nacional de Angola (RNA) e o Jornal de Angola são exemplos de meios de comunicação estatais. Além disso, existem várias emissoras de rádio e televisão privadas, como a TV Zimbo e jornais privados, como o Novo Jornal e o Expansão.

A propriedade dos meios de comunicação em Angola tende a ser concentrada, com uma significativa influência do estado e de indivíduos próximos do governo. Esta concentração pode afetar a pluralidade de opiniões e a diversidade de conteúdos disponíveis para o público. O setor mediático em Angola é regulamentado por várias leis e decretos, incluindo a Lei de Imprensa, a Lei de Rádio e Televisão e o Código Penal, que estabelecem as bases legais para o funcionamento dos meios de comunicação. Estas leis abrangem desde a criação de novos órgãos de comunicação até às normas de conduta e ética jornalística, assinalada como Hipótese 1 no presente estudo.

Pode-se perceber ainda que o conteúdo mediático em Angola abrange uma variedade de temas, incluindo notícias políticas, económicas, sociais, culturais e desportivas. No entanto, a diversidade de conteúdos e a pluralidade de opiniões podem ser limitadas devido à concentração de propriedade e ao controlo do estado.

Os meios de comunicação em Angola também enfrentam desafios económicos, como a dependência de financiamento estatal que podem influenciar a independência editorial. Politicamente, os jornalistas e meios de comunicação enfrentam pressões e intimidações, especialmente em períodos eleitorais ou em contextos de denúncia de corrupção e má gestão pública

Perante os dados referidos anteriormente, é possível concluir que o sistema mediático em Angola é complexo e enfrenta uma série de desafios estruturais, económicos e políticos. A concentração de propriedade, a influência do estado, as restrições à liberdade de imprensa e os desafios económicos são fatores que moldam o ambiente mediático. Ao mesmo tempo, as novas tecnologias oferecem oportunidades para a diversificação de conteúdos e a pluralidade de opiniões, desde que as barreiras de acesso e inclusão digital sejam abordadas. Esta conclusão confirma uma abordagem contínua para melhorar a Liberdade de Imprensa e promover uma maior independência editorial é crucial para o desenvolvimento de um sistema mediático mais robusto e democrático em Angola.

Quanto à relação entre o sistema mediático angolano e a liberdade de imprensa, em termos de pluralismo democrático, a investigação permite concluir que a liberdade de imprensa e o pluralismo democrático são componentes cruciais para o funcionamento saudável de uma democracia, a comunicação social desempenha um papel essencial na disseminação de informações, na formação de opiniões públicas e na fiscalização do poder. Em Angola, um país que passou por uma longa guerra civil e transições políticas, a relação entre o sistema mediático e a liberdade de imprensa tem implicações significativas para o pluralismo democrático, assinalada como Hipótese 2 no presente estudo.

O pluralismo democrático depende de uma comunicação social livre e diversificada que possa oferecer uma gama de perspetivas e possibilitar um debate público informado. Em Angola, a falta de Liberdade de Imprensa e a concentração mediática comprometem esse pluralismo. A ausência

de meios de comunicação independentes dificulta o surgimento de uma sociedade civil vibrante e informada e democrática.

Nesta investigação, foi possível constatar que os jornalistas têm medo de falar de determinadas questões, portanto, claramente nota-se a intimidação que os profissionais sofrem com a atual governação.

Durante esta pesquisa, foi possível identificar cinco pilares-chave para analisar este contexto: liberdade de expressão, independência mediática, diversidade e pluralismo dos meios de comunicação, proteção legal para jornalistas e participação da sociedade civil.

A liberdade de expressão é um dos pilares mais fundamentais de qualquer democracia. Em Angola, a Constituição garante a liberdade de expressão, mas na prática, esta liberdade é frequentemente limitada por leis restritivas e ações repressivas contra jornalistas e críticos do governo.

No segundo pilar, descrevemos que, em Angola, a independência mediática é comprometida pela concentração dos principais veículos de comunicação nas mãos do estado ou de elites ligadas ao partido no poder (MPLA). Esta falta de independência limita a capacidade dos meios de comunicação de atuarem como um contrapeso ao poder.

Já o terceiro pilar, o pluralismo mediático é crucial para garantir que uma ampla gama de vozes e perspectivas esteja representada no debate público.

No quarto pilar, sublinhamos que a proteção legal para jornalistas é essencial para garantir que possam realizar o seu trabalho sem medo de represálias. Em Angola, os jornalistas frequentemente enfrentam assédio, intimidação, censura e, em alguns casos, violência física.

O quinto pilar destaca-se a participação ativa da sociedade civil sendo ela vital para um sistema mediático saudável e para o pluralismo democrático. Organizações da sociedade civil, incluindo ONG de direitos humanos e associações de jornalistas, desempenham um papel crucial na monitorização da Liberdade de Imprensa e na promoção de reformas mediáticas. Portanto, em Angola, a sociedade civil enfrenta vários desafios, incluindo restrições legais e perseguições que dificultam a sua capacidade de influenciar positivamente o ambiente mediático.

Identificados estes pilares é necessário compreender que estes não só revelam os desafios enfrentados pela liberdade de imprensa, mas também destaca áreas críticas em que são necessárias melhorias para fortalecer o pluralismo democrático.

Melhorar a liberdade de expressão, garantir a independência dos meios de comunicação, promover a diversidade mediática, proteger legalmente os jornalistas e fortalecer a participação da sociedade civil são passos essenciais para construir um ambiente mediático mais democrático e inclusivo em Angola.

Por fim, quanto às potencialidades do jornalismo digital na democracia e na manutenção da paz em Angola, foi importante começar por uma revisão da literatura no conceito de jornalismo digital e suas aplicações específicas.

Nessa etapa, entendemos que esta é uma abordagem do jornalismo digital que tem um papel fundamental e direcionada para o impacto das sociedades. O jornalismo digital pode ser definido como a prática jornalística que utiliza plataformas digitais para criar, distribuir e consumir conteúdo jornalístico. Estas plataformas incluem sites de notícias, redes sociais, aplicações móveis, podcasts e outros formatos digitais. Comparativamente ao jornalismo tradicional, o jornalismo digital oferece várias vantagens que podem impactar positivamente a democracia e na paz.

O jornalismo digital permite um acesso mais amplo e diversificado à informação, mas em Angola onde as fontes de informação podem ser limitadas ou controladas, o jornalismo digital poderia oferecer uma alternativa para os cidadãos acederem a uma variedade maior de perspetivas e opiniões, assinalada como Hipótese 1 no presente estudo.

As plataformas digitais facilitam a interação direta entre jornalistas, fontes de informação e o público. Isso promove maior envolvimento cívico, permitindo que os cidadãos participem ativamente no processo informativo, comentem notícias e partilhem informações relevantes. Este envolvimento fortalece a democracia ao capacitar os cidadãos para influenciarem o debate público e participarem na tomada de decisões políticas.

O jornalismo digital desempenha um papel crucial na promoção da transparência governamental e na responsabilização das autoridades. Através de investigações jornalísticas, reportagens baseadas em dados e monitorização contínua das atividades governamentais, os jornalistas podem

expor irregularidades, corrupção e abusos de poder. Isso não só informa os cidadãos, mas também pressiona as autoridades a agirem de maneira ética e responsável.

Em contextos como de Angola onde existem tensões étnicas, políticas ou sociais, o jornalismo digital pode desempenhar um papel na mediação de conflitos, promovendo o diálogo construtivo, compreensão mútua, coberturas equilibradas e éticas podem ajudar a reduzir mal-entendidos, confrontos e violência, contribuindo assim para a estabilidade e a paz social.

Para um entendimento mais profundo, foram realizadas entrevistas com jornalistas dos sites de notícias públicas e privadas, nomeadamente, *Jornal de Angola*, *Novo Jornal* e *Maka Angola*. Através da análise destas entrevistas, identificaram-se quatro características-chave em comum: Todos os entrevistados destacaram a importância de considerar o interesse e a relevância pública ao decidir sobre a cobertura jornalística. Isso envolve escolher temas que são significativos para os leitores e que tenham impacto na comunidade.

Cada entrevistado mencionou a interatividade como parte essencial de sua abordagem jornalística. Valorizam as contribuições dos leitores através de comentários, denúncias, sugestões de pauta e participação ativa nas redes sociais. Todos enfatizaram a importância da verificação dos factos e da credibilidade das fontes.

Os profissionais entrevistados mencionaram desafios comuns, como a disseminação de desinformação, limitações tecnológicas, restrições legais e pressões económicas. Também ficou muito patente a importância de proteger a independência editorial e garantir a segurança dos jornalistas num ambiente muitas das vezes hostil.

Conforme discutido nos capítulos anteriores, o *Novo Jornal* tem tentado desempenhar um papel crucial na disseminação de informações de forma rápida e acessível, permiti maior participação dos cidadãos no debate público. Destaca-se pela valorização da interatividade com os leitores, embora reconheça as limitações impostas pela falta de recursos humanos.

O *Jornal de Angola*, sendo um órgão tradicional que migrou para o digital, demonstra os desafios e as oportunidades de adaptação às novas tecnologias, mantendo a sua influência histórica, mas continua a seguir as ordens restritas do governo no poder.

Já o *Maka Angola*, com a sua abordagem investigativa e independente, destaca-se como um exemplo de jornalismo digital que promove a transparência e a responsabilização dos poderes públicos. Exemplifica a inovação com o MakaLeaks, permitindo denúncias confidenciais que alimentam investigações de grande impacto. Contudo, enfrenta obstáculos significativos devido ao controlo estatal, à falta de liberdade de expressão e económica que ameaçam a sua capacidade de operar livremente e de forma independente.

O jornalismo digital destaca-se pela valorização da interatividade com os leitores, embora se reconheça as limitações impostas pela falta de recursos humanos e necessidade de equilíbrio. A participação do público é vista como essencial, mas a implementação plena do jornalismo participativo enfrenta desafios significativos num ambiente onde a liberdade de imprensa nem sempre é garantida.

Em forma de conclusão, constata-se que, estas descobertas são significativas porque evidenciam que o jornalismo digital apesar dos desafios, possui um grande potencial para fortalecer a democracia em Angola. A acessibilidade à informação e a capacidade de engajamento cívico proporcionadas pelas plataformas digitais são elementos essenciais para a formação de uma opinião pública informada e ativa. Além disso, a diversidade de vozes e a rapidez na disseminação de notícias poderiam contribuir para uma maior pluralidade e dinamismo no panorama mediático angolano.

## **Limitações e futuras linhas de investigação**

No entanto, é importante reconhecer que este estudo teve algumas limitações. A análise foi restrita a três órgãos de comunicação específicos, o que pode não representar a totalidade do panorama do jornalismo digital em Angola. Além disso, questões como a censura, a liberdade de imprensa e a literacia digital são fatores que necessitam de uma investigação mais aprofundada.

Futuras pesquisas poderiam explorar o impacto do jornalismo digital em diferentes regiões de Angola, bem como em contextos socioeconómicos diversos, para obter uma compreensão mais abrangente do tema. Além disso, seria interessante analisar o papel das redes sociais como complemento ao jornalismo digital tradicional e a sua influência na formação da opinião pública.

Em última análise, compreender as potencialidades do jornalismo digital na consolidação da democracia em Angola é crucial para o desenvolvimento de políticas e práticas que promovam a liberdade de imprensa e o acesso à informação. A evolução constante das tecnologias de comunicação e a crescente conectividade dos cidadãos angolanos são indicativos de que o jornalismo digital continuará a ser uma força poderosa na construção de uma sociedade mais democrática e participativa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Barreiros, José Jorge (2012), Democracia, Comunicação e Media, Lisboa, Editora Mundos Sociais.

Bobbio, Norberto. Igualdade e liberdade. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

Bobbio, Noberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

Carvalho, L. G. Liberdade de informação e o direito difuso à informação verdadeira. Rio de Janeiro. São Paulo: Renovar, 2003.

Carvalho, Paulo de. A campanha eleitoral de 2008 na imprensa de Luanda. Luanda: Kilombelombe, 2010.

Castells, M. (2009). Comunicação e Poder. Paz e Terra.

Dahlgren, P. (2009). Media and Political Engagement: Citizens, Communication, and Democracy. Cambridge University Press,

Fraser, N. (1990). Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. Social Text,.

Gillmor, Dan (2004) – We The Media. O'REILLY Media.

Galtung, J. (1996). Peace by Peaceful Means: Peace and Conflict, Development and Civilization. SAGE Publications.

Held, David. (2006). "Modelos de Democracia". Lisboa: Gradiva.

Thomas Hanitzsch. (2007). Deconstructing Journalism Culture: Toward a Universal Theory. Communication Theory.

Hallin, D., & Mancini, P. (2004). Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics. Cambridge University Press.

Hodges Tony. (2004) Angola: a anatomia de um estado petrolífero

Paolo Mancini e Daniel C. Hallin (2012) Sistemas de Media - Estudo Comparativo: Três Modelos de Comunicação e Política

Laura Ahva (2019) Journalism Practice

McQuail, D. (2000). Mass Communication Theory: An Introduction. Sage Publications.

Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. (2013). Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale.

Rafael Marques (2014 8ª edição) Diamantes de Sangue Corrupção e Tortura em Angola

SILVA, De Plácido e. Vocabulário jurídico. Rio de Janeiro:Forense, 2010. SILVA, Reginaldo. Liberdade de imprensa – Subsídios para a trajetória de um direito fundamental em Angola.

Tandoc Jr, E., Lim, Z. W., & Ling, R. (2018). Definindo "notícias falsas": uma tipologia de definições acadêmicas. Jornalismo Digital

Yin, R. K. (2001). Estudo de caso: Planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman

W. Martin James (2018) Historical Dictionary of Angola

<https://www.hrw.org/pt/world-report/2024/country-chapters/angola#640511> (Consultado no dia 12/06/24)

<https://www.voaportugues.com/a/governo-angolano-e-sindicato-de-jornalistas-trocam-acusa%C3%A7%C3%B5es-sobre-asfixia-do-jornalismo-/7008485.html> (1 (consultado no dia 2/06/24)

<https://www.hrw.org/pt/news/2016/11/30/297051> (consultado no dia 14.06.24)

<https://www.hrw.org/pt/world-report/2024/country-chapters/angola> (Consultado no dia 16.06.24)

[https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados//Carregados/Publicacao\\_638143506802949387.pdf](https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados//Carregados/Publicacao_638143506802949387.pdf) (consultado no dia 11/10/23)

[https://www.comciencia.br/category/\\_dossie-186/](https://www.comciencia.br/category/_dossie-186/) (Consultado no dia 29/10/23)

A Evolução dos Sistemas de Informação em África: © 2011 Africa Centre for Strategic Studies (págs. 50-58) <https://www.jstor.org/stable/resrep26812.14> (Consultado 11/10/2023)

A Expansão do Acesso à Informação e às Redes (págs. 12-18) <https://www.jstor.org/stable/resrep26812.8> (Consultado no dia 09/10/23)

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/diario-republica/32-2019-119556782> (Consultado no dia 12/10/23)

[https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados//Carregados/Publicacao\\_638143506802949387.pdf](https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados//Carregados/Publicacao_638143506802949387.pdf) (Consultado no dia 04/10/23)

<https://recil.ensinolusofona.pt/bitstream/10437/12280/1/DOUTORAMENTO%20EM%20AC%20C%3%87%20%83O%20%281%29.pdf> (Consultado no dia 18/10/23)

<http://www.ct.ufpb.br/pos/contents/pdf/bibliovirtual/dissertacoes-2012/domingos-jose-j-da-cruz-liberdade-de-imprensa-em-angola.pdf> (Consultado no dia 20/10/23)

<https://run.unl.pt/bitstream/10362/22296/3/JORNALISMO%20TELEVISIVO%20DIGITAL%20NAS%20REDES%20SOCIAIS%20%28FACEBOOK%29-UM%20OLHAR%20COMPARATIVO%20ENTRE%20ANGOLA%20E%20PORTUGAL.pdf> (consultado no dia 10/10/23)

[https://cyber.harvard.edu/wealth\\_of\\_networks/A\\_Riqueza\\_das\\_Nets\\_-\\_Cap%3%ADtulo\\_1](https://cyber.harvard.edu/wealth_of_networks/A_Riqueza_das_Nets_-_Cap%3%ADtulo_1) (Consultado no dia 12/02/2024).

<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1464884916675633> (Consultado no dia 12/02/2024)



